
O impacto do Investimento Direto Estrangeiro no bem-estar social dos países
recetores

Paulo Sérgio Guimarães Abreu

Dissertação
Mestrado em Economia e Gestão Internacional

Orientado por
Professora Doutora Rosa Forte

2018

Nota biográfica

Paulo Sérgio Guimarães Abreu nasceu a 29 de Dezembro de 1994, natural de Fafe, no distrito de Braga. Em 2012 completou o ensino secundário no curso de ciências socioeconómicas na Escola Secundária Francisco de Holanda em Guimarães. Nesse mesmo ano ingressou na licenciatura em economia na Faculdade de Economia do Porto, tendo terminado o curso em Julho de 2016. Posteriormente ingressou no mestrado em economia e gestão internacional na mesma instituição, onde se mantém até à presente data, servindo a presente dissertação como complemento final para a obtenção de grau de mestre.

Paralelamente ao percurso académico iniciou a sua atividade profissional na Transdev Portugal em 2016, tendo transitado para a Deloitte Portugal em 2018.

Agradecimentos

Não poderia iniciar esta dissertação sem agradecer a todos aqueles que me auxiliaram em todo o meu percurso académico, em especial a quem me acompanhou nestes últimos dois anos e que me permitiram conciliar a vida académica com as exigências profissionais.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Rosa Forte que me orientou ao longo de todo o trabalho inerente à realização desta dissertação, por todo o apoio e disponibilidade, tendo prestado um apoio indispensável para o sucesso da mesma.

Gostaria também de agradecer a todos os colegas de trabalho e às chefias da Transdev Portugal por todo o apoio, compreensão e amizade ao longo destes últimos dois anos, permitindo-me conciliar a vida académica com as exigências profissionais e garantindo-me total disponibilidade para a frequência letiva e para as atividades relacionadas com a dissertação. Agradeço também aos colegas da Deloitte Portugal pelo apoio dado, especialmente na parte final da dissertação.

Por último e não menos importante, gostaria de agradecer a todos os meus familiares mais próximos que me acompanharam em todo o meu percurso académico e com a certeza de que sem o seu apoio nada disto seria possível. Aos meus pais, particularmente, o meu agradecimento por tudo o que me proporcionaram, pois foram sempre incansáveis e sem esse apoio tudo seria mais difícil.

Resumo

O investimento direto estrangeiro (IDE) é um dos impulsionadores da crescente globalização e integração económica, sendo um fenómeno amplamente estudado. Apesar de serem comuns as pesquisas sobre os efeitos do IDE ao nível do crescimento económico, não existe uma ampla base de estudos sobre os seus efeitos no bem-estar social dos países recetores, pelo que este trabalho se propõe a abordar esse impacto.

Com base numa amostra de 149 países para o período de 2001 a 2015, e recorrendo a um modelo de efeitos fixos, procura-se analisar o impacto do investimento direto estrangeiro no bem-estar social, recorrendo a várias medidas do bem-estar (índice de desenvolvimento humano e as suas três dimensões). São analisados os impactos na globalidade da amostra e em dois grupos de países (países desenvolvidos e em desenvolvimento), sendo que os resultados obtidos sugerem que o IDE não beneficia de igual modo todos os países. Os resultados demonstram que os impactos positivos no IDH e os impactos negativos no PIB per capita dos países recetores são comuns a todos os grupos de países, ainda que a sua magnitude seja distinta. Relativamente às restantes dimensões (escolaridade e esperança média de vida), os resultados não são significativos para todos os grupos de países, no entanto, afetam positivamente os países em desenvolvimento.

Palavras chave: investimento direto estrangeiro, bem-estar, impacto social, índice de desenvolvimento humano, multinacional

Abstract

The foreign direct investment (FDI) is one of the drivers of increasing globalization and economic integration, being a widely studied phenomenon. Although research on the effects of FDI on economic growth is common, there is no broad basis for studies on its effects on the social welfare of host countries, and this paper proposes to address that impact.

Based on a sample of 149 countries for the period 2001 to 2015, and using a fixed-effects model, the aim is to analyse the impact of foreign direct investment on welfare, using various measures of well-being (index of human development and its three dimensions). The impacts on the whole sample and on two groups of countries (developed and developing countries) are analysed, and the results suggest that FDI does not benefit all countries equally. The results show that the positive impacts on the HDI and the negative impacts on host countries' GDP per capita are common to all groups of countries, even though their magnitude is different. For the remaining dimensions (education and average life expectancy), the results are not significant for all groups of countries, but developing countries are positively affected.

Key words: foreign direct investment, welfare, social impact, human development index, multinationals

Índice

Resumo	iii
Abstract	iv
1. Introdução: motivações, objetivos e questão de investigação	1
2. Revisão de Literatura	3
2.1. Conceitos.....	3
2.2. Efeitos do IDE e impacto no bem-estar social.....	5
2.3. Estudos empíricos.....	14
3. Considerações metodológicas	18
3.1. Especificação do modelo	18
3.2. Seleção da amostra	21
3.3. Estatísticas descritivas	23
4. Estimação do modelo	35
4.1 Correlação entre as variáveis	35
4.2 Resultados.....	36
4.2.1 Globalidade da amostra.....	37
4.2.2 Países desenvolvidos vs. países em desenvolvimento.....	40
Referências.....	52
Anexos	55

Índice de Tabelas

Tabela 1. Síntese dos estudos que utilizam o IDH como mensuração do bem-estar social	15
Tabela 2. Variáveis explicativas do modelo e efeito esperado no bem-estar.....	21
Tabela 3. Estatísticas descritivas das variáveis para a totalidade da amostra.....	24
Tabela 4. Média das variáveis para os países desenvolvidos e países em desenvolvimento representados na amostra	28
Tabela 5. Correlação entre as variáveis tendo por base a totalidade da amostra.....	35
Tabela 6. Resultados das regressões para a globalidade da amostra.....	38
Tabela 7. Resultados das regressões para os grupos de países desenvolvidos e em desenvolvimento	41
Tabela 8. Síntese dos efeitos das variáveis nas diferentes dimensões do bem-estar social	45
Tabela A1. Países considerados para a amostra e respetivo grau de desenvolvimento.....	55
Tabela A2. Países não considerados para a amostra e respetiva justificação	57
Tabela A3. Resultados do Teste de Levene.....	58
Tabela A4. Evolução anual das médias das variáveis de controlo.....	59
Tabela A5. Resultados do teste de Hausman.....	59

Índice de Figuras

Figura 1. Os impactos do IDE na economia recetora	6
Figura 2. Impactos do IDE no IDH do país recetor	12
Figura 3. Evolução da média anual do IDH (2001-2015).....	29
Figura 4. Evolução da média anual do número de anos de escolaridade esperados (2001-2015).....	30
Figura 5. Evolução da média anual da EMV (2001-2015).....	31
Figura 6. Evolução da média anual do PIB per capita - em dólares PPC a preços constantes de 2011 (2001-2015)	32
Figura 7. Evolução da média anual do IDE - em % do PIB (2001- 2015).....	33

1. Introdução: motivações, objetivos e questão de investigação

Numa era em que a globalização se estende a todos os domínios da intervenção humana, a economia não é uma exceção, caracterizando-se cada vez mais pela existência de um mercado global, onde os diversos agentes estabelecem relações e concorrem entre si, independentemente da localização física. Um dos impulsionadores deste fenómeno de globalização é o investimento direto estrangeiro (IDE). Como realça a OCDE (2008a), este é um elemento chave para a envolvimento e integração económica internacional, criando ligações diretas, estáveis e de longa duração entre as várias economias. Prova desse fenómeno é o aumento verificado nos fluxos de IDE ao longo das últimas décadas. Se, em 1990, os fluxos de IDE representavam 250 mil milhões de dólares, em 2016 ascenderam a 1,75 biliões de dólares (UNCTAD, 2017).

O crescimento verificado nos fluxos de IDE é consequência de uma presença cada vez mais acentuada de empresas multinacionais num maior número de países. As subsidiárias no exterior de empresas multinacionais empregam mais de 82 milhões de pessoas em todo o mundo (UNCTAD, 2017). Estas empresas são um dos principais impulsionadores da economia mundial e a sua importância continua a acentuar-se (OCDE, 2008a). A sua procura por matérias primas ou bens intermédios, muitos dos quais obtidos nos mercados de destino, pode traduzir-se em mudanças na estrutura industrial do país recetor, contribuindo para um processo de desenvolvimento da indústria local (Barrios, Gorg, & Strobl, 2005).

Borensztein, De Gregorio e Lee (1998) sugerem que o IDE é, de facto, um importante meio para a transferência de tecnologia, contribuindo para o crescimento, em maior medida do que o contributo do investimento doméstico. No entanto, Forte e Moura (2013), baseando-se na revisão de um conjunto de estudos empíricos, referem que os efeitos do IDE no crescimento económico estão dependentes da existência ou subsequente desenvolvimento das condições internas (económicas, políticas, sociais, culturais ou outras) do país recetor do investimento.

Paralelamente aos efeitos sobre o crescimento económico dos países recetores, o IDE tem também impactos sociais. Apesar de existir uma extensa literatura sobre os efeitos do IDE, esta foca-se essencialmente no impacto que este tipo de investimento tem sobre o crescimento económico, sendo poucos os estudos sobre os efeitos no bem-estar social,

apesar do “objetivo primordial do desenvolvimento económico ser o de melhorar as condições para o desenvolvimento humano” (Sharma & Gani, 2004, p. 1). Para Lehnert, Benmamoun e Zhao (2013) são poucos os estudos que examinam na globalidade os impactos no bem-estar gerados pelas multinacionais, tendo em consideração, quer as influências ao nível económico, quer ao nível social. Também segundo Meyer (2004), não são analisados com a devida importância, os impactos das multinacionais (e, consequentemente do IDE) na sociedade. Algumas exceções são alguns relatórios e estudos pontuais publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que apresentam os diversos efeitos no bem-estar social provenientes do IDE, bem como o estudo de Lehnert et al. (2013), onde esta temática é abordada tendo por base uma análise aos impactos no bem-estar social e nas infraestruturas do país recetor.

Atendendo à escassez de literatura, será de extrema importância complementar os estudos existentes sobre os impactos sociais do investimento direto estrangeiro nos países recetores. Assim, recorrendo a um modelo econométrico para dados em painel, o presente trabalho centra-se na análise do impacto do IDE no bem-estar social, para um conjunto de 149 países, para o período de 2001 a 2015. Adicionalmente, e tendo em conta que, à semelhança de Lehnert et al. (2013), o bem-estar social é representado pelo índice de desenvolvimento humano (IDH), procura-se verificar se os efeitos se repercutem da mesma maneira nas três dimensões que compõem este indicador.

O trabalho está estruturado da seguinte forma. Na Secção 2 é apresentada uma breve revisão da literatura, onde para além de serem definidos os diversos conceitos, são também explanados os efeitos do IDE no país recetor, a relação entre o IDE e o bem-estar social e uma pequena síntese dos estudos empíricos já existentes. Na Secção 3 será definida a metodologia utilizada, bem como o modelo base para o estudo dos impactos do IDE no bem-estar social. Adicionalmente, é apresentada a amostra considerada, assim como a sua caracterização, nomeadamente através do cálculo das suas estatísticas descritivas. Na secção 4 são apresentados os resultados empíricos que servem de base às conclusões e recomendações postuladas na secção 5.

2. Revisão de Literatura

Nesta secção é apresentada a literatura existente sobre o investimento direto estrangeiro e os seus efeitos no bem-estar social dos países recetores. Na secção 2.1. são definidos os conceitos de investimento direto estrangeiro e de bem-estar. Na secção 2.2. são apresentados os efeitos do IDE no país recetor e os impactos resultantes no bem-estar social. Na secção 2.3. é apresentada uma visão geral dos diversos estudos empíricos com incidência sobre o tema.

2.1. Conceitos

O investimento direto estrangeiro traduz o interesse de determinado agente residente numa dada economia em estabelecer um investimento duradouro numa empresa residente numa outra economia. Esse investimento duradouro representa a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor e a empresa na qual investiu, sendo que deverá assumir uma influência significativa no capital e na gestão da empresa (OCDE, 2008a). Relativamente ao controlo da empresa, a multinacional poderá assumir o controlo total, apostando por uma subsidiária a 100%, ou optar por uma entrada juntamente com parceiros, criando uma nova entidade (*joint venture*). As parcerias com outras entidades são úteis caso a empresa pretenda diminuir riscos associados à entrada num novo mercado, como o capital necessário, o desconhecimento acerca do funcionamento do mercado ou riscos face à sua dimensão, podendo juntar esforços com outro parceiro (OCDE, 2008a). Poderá também ser útil para fazer face a imposições legais e assim entrar em novos mercados associado a um parceiro local. Este investimento pode concretizar-se através de dois distintos modos de estabelecimento no país recetor, ou seja, através de fusões e aquisições (*mergers & acquisitions*) ou através de um investimento de raiz (*greenfield investment*). Enquanto as fusões e aquisições representam a fusão ou compra de uma empresa já existente, os investimentos de raiz dizem respeito a novos investimentos, criando uma nova unidade (OCDE, 2008a).

O IDE é realizado por empresas multinacionais que tendem a apresentar uma série de vantagens comparativamente com empresas puramente domésticas, o que lhes permite competir com sucesso em mercados externos, apesar dos custos adicionais de coordenação das diferentes atividades nos diversos países (OCDE, 2008b). Tal como referido por

Hymer and Pashigian (1959), investir no estrangeiro tem custos e riscos associados, os chamados *costs of foreignness*. Como tal, para as empresas optarem pelo IDE, é porque conseguem suplantar esses custos e retirar vantagens de estarem presentes no mercado em questão. Koizumi e Kopecky (1980) indicam que quanto maiores forem as diferenças nas capacidades (ou *know-how*) entre a multinacional e as restantes empresas do país recetor do investimento, maiores serão os seus potenciais lucros provenientes dessas operações no exterior. Estas empresas, através da sua atividade em diferentes países, desempenham também um papel central nas ligações entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento, e na transmissão de capital, conhecimentos e ideias além fronteiras (Meyer, 2004).

É frequentemente assumido que o IDE gera vários efeitos no país recetor, traduzindo-se também num impacto em termos do bem-estar social (Lehnert et al., 2013). Este conjunto de efeitos, que serão analisados na próxima secção, podem desencadear impactos positivos e negativos no bem-estar de uma sociedade, de acordo com a forma como afetam os diversos agentes económicos. Por sua vez, o bem-estar é geralmente visto como um conceito abrangente, cuja definição não é simples e intuitiva, e cujos efeitos poderão ser visíveis ao nível macroeconómico, social e do meio ambiente (Lehnert et al., 2013). Segundo Greve (2008), o bem-estar poderá ser interpretado de várias formas, desde a perspetiva do indivíduo que olha para a sua vida pessoal no dia-a-dia até à forma como este encara a sociedade e os seus problemas como um todo. Para o mesmo autor, o bem-estar pode envolver necessidades materiais e imateriais, sendo que pode ser alvo de diferentes conotações, consoante a perspetiva pelo qual é analisado, seja por exemplo aos olhos da economia, da sociologia ou da ciência política. Desta forma, podem ser usados vários indicadores para medir o nível de bem-estar e aferir a sua evolução. A mensuração do bem-estar em termos económicos é frequentemente associada a variáveis como o PIB per capita, o rendimento ou o poder de compra (Lehnert et al., 2013). No entanto, apesar de o PIB per capita ser uma medida necessária para a mensuração do bem-estar, de acordo com Alkire (2002) não será suficiente analisar apenas esta variável pois existe “uma grande diferença entre o rendimento em si e a sua conversão em bem-estar” (Sen & Anand, 1994, p. 1).

Assim, de forma a apurar os impactos de uma forma mais ampla, Lehnert et al. (2013) defendem o uso do índice de desenvolvimento humano (IDH). Este indicador é

utilizado com o intuito de medir a evolução no bem-estar de uma sociedade, tendo por base três dimensões distintas: a esperança média de vida à nascença, o número médio de anos de escolaridade e o PIB (Sen & Anand, 1994). A pertinência da utilização deste indicador é, segundo o autor, o facto de o desenvolvimento humano se enquadrar com a melhoria de capacidades relacionadas com a saúde, a alimentação ou a educação básica, sendo que o rendimento é apenas um dos meios para atingir esse fim. Para Sen e Anand (1994) existem também um conjunto de bens e serviços com características de não exclusão (bens públicos assegurados pelo Estado), que não poderão ser adequadamente providenciados por parte de agentes privados, e onde existe diferenciação mediante o rendimento dos indivíduos, e cuja capacidade dos diferentes países em proporcionar esses bens públicos às populações deve ser tida em conta na mensuração do bem-estar. Daí a inclusão no IDH dos indicadores da esperança média de vida à nascença e do número médio de anos de escolaridade, que são variáveis que representam a sociedade como um grupo, mostrando a evolução média dos padrões de bem-estar. A inclusão destes indicadores permite ter uma visão sobre eventuais carências sociais verificadas em camadas da população mais vulneráveis, que não seriam visíveis numa análise com base na média global dos rendimentos per capita, que pode ocultar um conjunto de desigualdades (Sen & Anand, 1994). O desenvolvimento humano e de variáveis específicas como o nível de literacia e melhoria de cuidados de saúde associados a uma maior esperança média de vida podem ser vistos como uma contribuição para o desenvolvimento das gerações futuras, sendo uma espécie de investimento que trará os seus retornos para a sociedade (Sen & Anand, 1994).

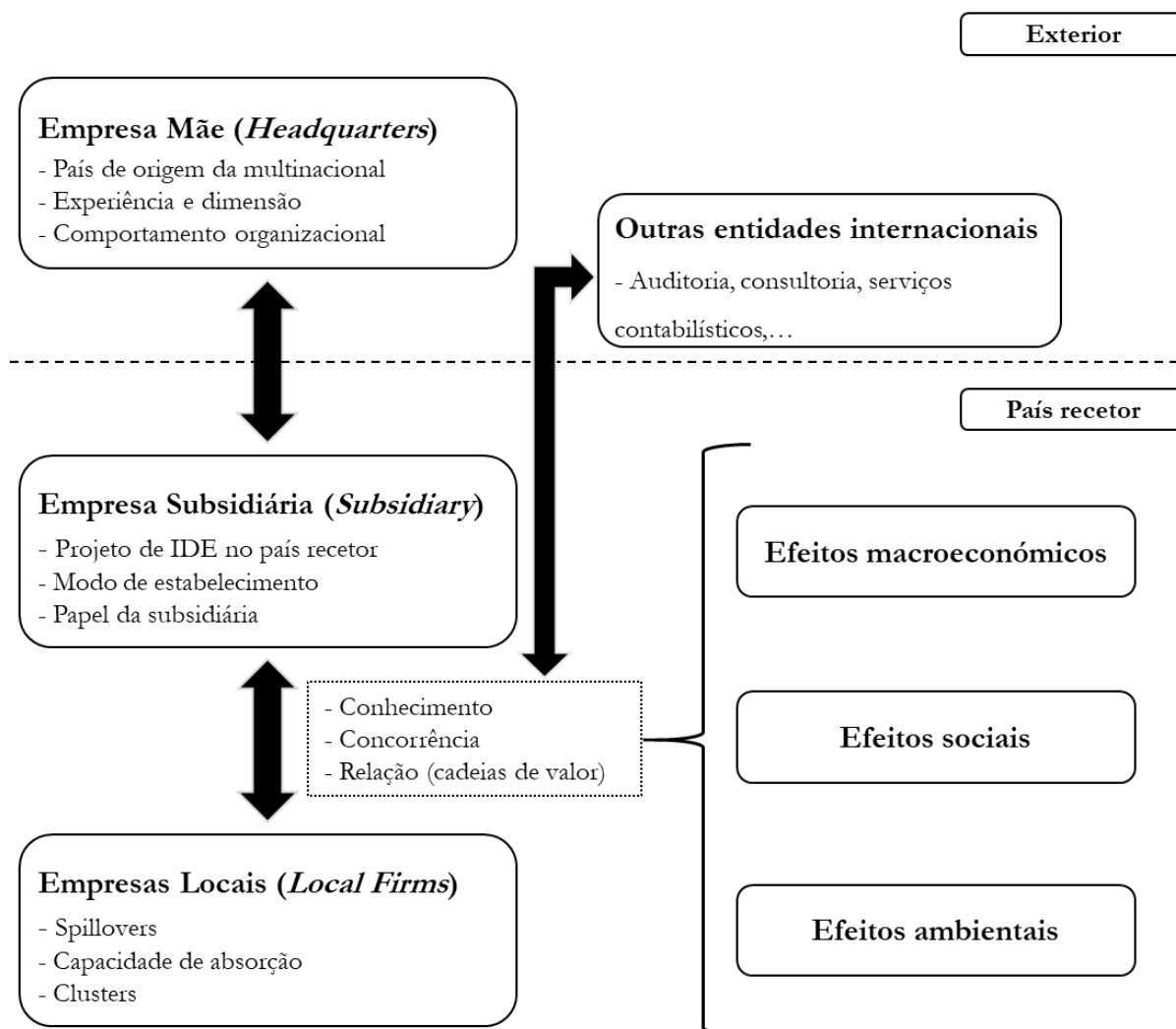
As multinacionais através dos seus investimentos diretos têm uma profunda influência na sociedade em que se inserem (Porter & Kramer, 2006). Na secção seguinte exploram-se os efeitos decorrente do IDE e os seus impactos no bem-estar social dos países recetores.

2.2. Efeitos do IDE e impacto no bem-estar social

O investimento direto estrangeiro desencadeia vários impactos em diversas áreas e setores do país recetor. Os efeitos originados têm impacto nos produtores, nos consumidores e no próprio governo (Mukherjee & Broll, 2007), e produzem-se desde o

estabelecimento da multinacional até às relações que esta estabelece com os diversos agentes económicos. No que se refere ao efeito no bem-estar, este é ambíguo pois poderá ter um impacto positivo ou negativo (Mukherjee & Broll, 2007), sendo este tema uma preocupação para os diversos sindicatos de trabalhadores e governos (Koizumi & Kopecky, 1980). A figura 1 exemplifica algumas das relações que a empresa multinacional, através do seu investimento direto, estabelece no país recetor, bem como os impactos causados.

Figura 1- Os impactos do IDE na economia recetora



Fonte: Adaptado de Meyer (2004, p. 7)

A atividade da multinacional implica uma série de relações no interior e no exterior da empresa. Internamente existem diversas relações entre a empresa-mãe ou sede (*headquarters*) e as subsidiárias localizadas nos países recetores. Externamente, a subsidiária interage com as empresas locais, através da difusão de conhecimento, de relações a montante e a jusante (*backward and forward linkages*), e no aumento da concorrência, desencadeando assim um conjunto de efeitos no mercado (Meyer, 2004). Por sua vez, um outro conjunto de efeitos está dependente da sua “interação com as instituições, organizações e indivíduos, onde origina *spillovers* positivos e negativos para diferentes grupos e *stakeholders*, quer nos países emissores, quer nos países recetores do investimento” (Meyer, 2004, p. 2). Este conjunto de interações provenientes da entrada e da atividade das multinacionais, e as consequências já evidenciadas em toda a sua envolvente, poderão traduzir-se em impactos positivos ou negativos. Os efeitos, tal como indicado na figura 1, poderão ser agrupados em três esferas: efeitos macroeconómicos, efeitos sociais e efeitos ambientais. Para a análise neste trabalho, apenas serão considerados os primeiros dois tipos de efeitos, não sendo abordadas as implicações ambientais resultantes das relações e interações entre as empresas multinacionais e o ambiente que as rodeia.

Internamente, é importante analisar aspetos relacionados com a empresa multinacional, como o seu país de origem ou o modelo organizacional adotado. Essas características são importantes para verificar o *gap* tecnológico entre a multinacional (de acordo com o desenvolvimento do seu país de origem) e as empresas do país recetor do investimento (Fumagalli, 2003). A capacidade da multinacional em explorar novas oportunidades e criar vantagens da sua presença em novos mercados está diretamente ligada às suas capacidades, através da utilização de um nível de tecnologia e know-how superior aos concorrentes locais, bem como dos seus conhecimentos de gestão (Koizumi & Kopecky, 1980). O modelo de gestão utilizado pela multinacional é de extrema importância para potenciar a transferência de conhecimento interno entre a sede e as subsidiárias, algo útil não só para a cadeia de valor da multinacional como também para o desenvolvimento dos trabalhadores locais (Meyer, 2004).

Externamente, o primeiro impacto do investimento direto estrangeiro na economia recetora ocorre no momento da escolha do modo de estabelecimento, já mencionados anteriormente, pois segundo Meyer (2004), o impacto varia consoante os diferentes modos de estabelecimento, sendo esse impacto visível, pelo menos, no curto-prazo. Os

investimentos de raiz são geralmente associados a *spillovers* positivos, dado que criam novas unidades produtivas, tendo um impacto direto positivo nos níveis de emprego e na criação de valor no país recetor, contribuindo também para um aumento da concorrência para as empresas locais, o que poderá levar a que estas empresas aumentem a sua eficiência para se manterem no mercado (Meyer, 2004). Por seu lado, no caso de fusões e aquisições os efeitos são ambíguos e dependem da estratégia utilizada (Meyer, 2004). Caso não existam alterações significativas poderemos estar apenas perante uma situação de transferência de propriedade, com reduzidos efeitos no país recetor.

As multinacionais são frequentemente associadas como sendo as empresas tecnologicamente mais desenvolvidas (Forte & Moura, 2013). Isto provém do seu elevado impacto a nível mundial em termos de I&D (Borensztein et al., 1998), o que aliado à sua presença em diversos países, permitem uma ampla difusão da tecnologia. No entanto, a repercussão dos efeitos gerados pela sua atividade está diretamente ligada ao papel da subsidiária na rede global da multinacional, impactando na estratégia adotada pela empresa, não só no que concerne aos recursos a aplicar, como também no horizonte temporal previsto para o investimento (Koizumi & Kopecky, 1980). Estas condicionantes justificam em grande parte a dimensão dos impactos sociais causados, pois influenciam quer as decisões levadas a cabo pela empresa, quer as interações que esta efetua com toda a sua envolvente.

O papel desempenhado pela subsidiária tem ligação direta a um dos principais efeitos do IDE nos países recetores, que se verifica ao nível dos *spillovers* gerados pela atividade da multinacional (Meyer, 2004). Podemos dividir os *spillovers* em dois tipos, os *spillovers* horizontais e verticais. Os *spillovers* horizontais ocorrem intra-indústria, e estão relacionados com a transferência de conhecimento da multinacional para as empresas locais. Estas poderão recorrer a efeitos de imitação de produtos introduzidos no mercado interno pela subsidiária da multinacional, recrutando trabalhadores qualificados que receberam formação na empresa multinacional e que dessa forma partilham ideias inovadoras e capacidades adquiridas (*know-how*), incrementando a produtividade nas empresas locais (Meyer, 2004). Os *spillovers* verticais ocorrem inter-indústria e dizem respeito a ligações a montante (fornecedores) e a jusante (distribuidores e clientes) da multinacional (Meyer, 2004). Estas relações podem originar um conjunto de requisitos mais elevados no que concerne à qualidade dos produtos e dos serviços disponibilizados pelos

fornecedores ou melhorias na gestão das entregas, sendo um forte incentivo à melhoria da qualidade do produto e da produção (Meyer, 2004). Esta procura por uma maior qualidade nos seus *inputs* através de um preço competitivo, justifica a motivação por parte das multinacionais para a transferência de tecnologia para os seus fornecedores e consequente geração de *spillovers* (Blalock & Gertler, 2008). Adicionalmente, o IDE pode gerar um aumento na procura por bens intermédios, o que pode originar o efeito de economias de escala nos fornecedores locais das multinacionais (Meyer, 2004). Um efeito nas empresas locais situadas a jusante da multinacional poderá ser o de auxílio na atividade de marketing no caso das empresas distribuidoras e o fornecimento de produtos com maior qualidade e com maior assistência pós-venda, dada a experiência da multinacional (Meyer, 2004).

Este fenómeno de *spillovers* de conhecimento e de desenvolvimento das indústrias pode ser aproveitado para a formação de *clusters* nos países recetores do IDE. No entanto, os efeitos provenientes dos *spillovers* e dos *clusters* está diretamente relacionado com a capacidade de absorção das empresas locais (Driffield & Love, 2007)¹. Por sua vez, Lehnert et al. (2013) defendem que a capacidade de absorção das empresas será também influenciada pelo nível de conhecimento e infraestruturas existentes no país recetor. Esta transferência de tecnologia para os fornecedores e empresas concorrentes locais pode originar um aumento da concorrência e redução de preço que beneficia não só toda a economia local (Blalock & Gertler, 2008), como permite um aumento da competitividade a nível internacional. Este aumento da competitividade pode gerar incrementos no bem-estar social, provenientes da redução dos preços dos produtos, aumentos de produção e maiores lucros nos diversos pontos da cadeia de valor (Blalock & Gertler, 2008).

No entanto, e apesar de toda a possibilidade de existência de *spillovers*, será sempre incerta a compra e respetiva utilização por parte das subsidiárias de produtos produzidos localmente, podendo estes ser preteridos por materiais importados diretamente da empresa-mãe (Koizumi & Kopecky, 1980). A subsidiária poderá também abastecer-se junto de outras subsidiárias ou de outras empresas que fazem parte da cadeia de valor da multinacional que estão localizadas noutros países. Outro dos aspetos que por vezes impede a formação dos *spillovers* é o facto de as multinacionais tentarem evitar a perda de

¹ Os autores utilizam o termo “capacidade de absorção” para se referirem à capacidade de aproveitar o conhecimento e tecnologia das multinacionais. Para Zahra e George (2002) a capacidade de absorção pode ser vista como um fenómeno dinâmico que influencia diretamente a natureza e sustentabilidade das vantagens competitivas das empresas, com impacto na sua estrutura organizacional e performance económica.

vantagens comparativamente a empresas locais, pelo que optam por colocar pessoas do seu país de origem em cargos estratégicos de gestão da empresa subsidiária (Goswami, 2011). Dessa forma, o acesso a algumas das boas-práticas instituídas na multinacional é mais restrito, o que acaba por reduzir a difusão da tecnologia traduzida pela saída de trabalhadores para empresas locais concorrentes, onde poderiam implementar essas mesmas estratégias e retirar poder de mercado à multinacional. O modelo organizacional da multinacional, já anteriormente referido, bem como a forma como esta enquadra a subsidiária na sua cadeia de valor, é crucial para determinar a extensão dos *spillovers* gerados pela transferência de tecnologia e conhecimento, e dessa forma o seu impacto no crescimento económico e bem-estar social do país recetor (Goswami, 2011).

De facto, o papel e a forma como as subsidiárias se inserem na cadeia de valor global da multinacional será um fator decisivo quanto à propensão desta desenvolver atividades de I&D (Yang, 2015). Em casos de aquisições de empresas nacionais por parte de grupos multinacionais existe o risco de diminuição das atividades de I&D, existindo um efeito de *crowding out* resultante da extinção de atividades de I&D da subsidiária, levando a que esta passe a importar bens intermédios provenientes da sede para posterior inclusão no seu processo produtivo. Isto será mais patente em casos onde a tecnologia presente na empresa adquirida é semelhante ou até inferior à utilizada na multinacional (Yang, 2015). Caso estejamos perante situações em que a tecnologia incorporada no processo produtivo por parte da subsidiária provém de capacidades técnicas muito específicas, ou cujo *know-how* seja superior ao verificado na empresa-mãe, será muito provável que seja aproveitado esse diferencial tecnológico, que resulta num impacto positivo em favor da subsidiária e das suas atividades de I&D na multinacional em que se insere (Yang, 2015). No caso de estarmos perante uma situação de um investimento de raiz, o desenvolvimento de atividades de I&D estará diretamente relacionado com a motivação da multinacional para a entrada no respetivo mercado. Nos casos em que a empresa investe num mercado externo, essencialmente à procura de recursos específicos ou ativos estratégicos tal como defendem Dunning e Lundan (2008) é mais provável que a empresa assuma uma forte vertente de I&D, de forma a dinamizar os recursos que explora, através de um processo de inovação, mantendo assim as vantagens competitivas.

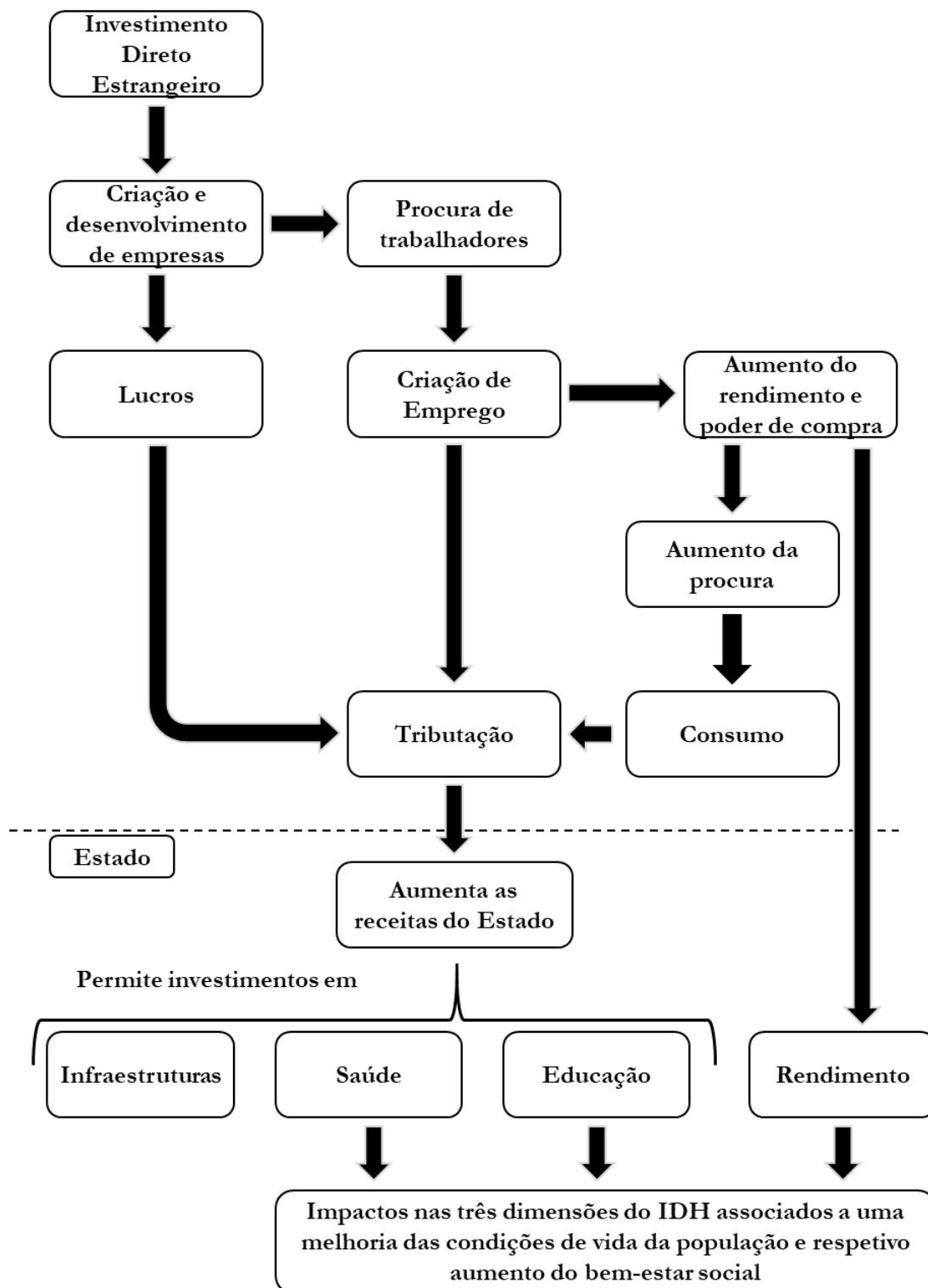
No entanto, as empresas subsidiárias terão, por vezes, incentivos a não realizarem este tipo de atividades, surgindo assim a necessidade de as autoridades locais intervirem

para estimular o seu desenvolvimento. Isto porque as atividades de I&D associadas às empresas multinacionais são uma fonte de inovação e acréscimo de valor aos processos produtivos existentes no país de destino, que dotam as empresas de uma maior competitividade, sendo assim capazes de gerar efeitos no bem-estar social através de novos bens e serviços, criação de emprego e partilha de conhecimento e *know-how*. Adicionalmente, no caso das empresas locais concorrentes, a maior competição pode encorajar ou desencorajar o processo de I&D e respetivo investimento em inovação, dependendo da sua motivação para a conquista de cota de mercado ou da incapacidade para a redução de custos na mesma magnitude da multinacional (Yang, 2015).

O IDE é também um importante instrumento para atração de outras entidades internacionais para o país recetor (Blalock & Gertler, 2008). O investimento efetuado por uma multinacional num dado país poderá ser visto como um sinal positivo para a atratividade desse mercado, encorajando outras empresas, conceituadas empresas prestadoras de serviços (consultoria, auditoria, serviços contabilísticos, entre outros) ou investidores internacionais a iniciarem a sua atividade nesse país, e que poderão ser importantes para a atividade das restantes empresas (Blalock & Gertler, 2008). Isto permite uma maior integração do país recetor num mercado cada vez mais global, criando uma dinâmica atrativa para o investimento público e privado, que por sua vez terão consequências positivas no bem-estar social, com a criação de emprego, sendo um efeito que se reveste de ainda maior importância no caso de países menos desenvolvidos ou que se encontrem em períodos de recuperação económica.

Conforme podemos constatar na Figura 2 é também possível sintetizar os canais através dos quais o IDE contribui para a dinamização do bem-estar nesses países (Lehnert et al., 2013).

Figura 2 – Impactos do IDE no IDH do país recetor



Fonte: Adaptado de Lehnert et al. (2013, p. 288)

O investimento direto estrangeiro e respetiva produção internacional beneficiam o país recetor através dos mecanismos já vistos anteriormente como a transferência de tecnologia ou a formação de trabalhadores qualificados, mas também através da criação de emprego e efeitos subjacentes (Goswami, 2011). Como podemos verificar na Figura 2, a procura por trabalhadores resultante do IDE desencadeia outros mecanismos, que para além dos efeitos já mencionados, tem impacto nas interações entre os diversos agentes económicos (ao nível do emprego, da oferta e da procura e do consumo privado), e que aumentam as fontes de receita do Estado. Lehnert et al. (2013) indicam que o IDE poderá contribuir para o aumento do bem-estar social via aumento das receitas dos governos devido aos impostos cobrados sobre o rendimento, sobre os lucros das empresas e sobre o consumo (através de impostos indiretos). Essa contribuição para o bem-estar social está associada a aumentos ao nível de investimentos em educação, saúde e infraestruturas. Estes investimentos tem repercussões na melhoria dos níveis médios de escolaridade e aumento da esperança média de vida (Lehnert et al., 2013). As sucessivas contribuições para a melhoria das condições de vida das populações são visíveis na evolução apresentada em indicadores como o índice de desenvolvimento humano, e que posicionam os diversos países conforme o seu estágio de desenvolvimento para questões de cariz social.

Para Soumaré (2015), o impacto do IDE no desenvolvimento humano poderá ser analisado por dois pontos de vista, ou seja, pelo lado social e pelo lado económico. Através do lado social, a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar serão as prioridades de atuação dos governos de países em vias de desenvolvimento, sendo que o IDE poderá auxiliar nesses objetivos, na medida em que, tal como mencionado anteriormente, os investimentos criam emprego, desenvolvem as capacidades locais e estimulam o progresso tecnológico. Na esfera económica, Soumaré (2015, p. 5513) baseia-se na literatura existente, para considerar que “o capital humano será o principal contributo para um crescimento autossustentável do PIB per capita”. O desenvolvimento do capital humano é então um pressuposto essencial para o acréscimo do bem-estar social, sendo que esse desenvolvimento está diretamente relacionado com o desenvolvimento de infraestruturas e melhoria das condições de vida das populações. Na secção seguinte apresenta-se uma revisão de estudos empíricos sobre o impacto do IDE no bem-estar social.

2.3. Estudos empíricos

Como referido anteriormente, apesar da extensa literatura sobre o IDE, os estudos existentes focam-se essencialmente sobre os impactos deste fenómeno no crescimento económico dos países recetores. A sustentação teórica relativa à análise dos impactos do IDE no bem-estar social do país recetor não é muito extensa, existindo apenas alguns autores que nos seus trabalhos optaram por analisar estes efeitos. Com o objetivo de explanar a literatura existente sobre o tema foram selecionados estudos que simultaneamente abordem os efeitos do IDE sobre o país recetor e que utilizem o IDH como a variável para a mensuração do bem-estar social (variável dependente), na medida em que, como referido anteriormente, o IDH é a variável mais completa para a mensuração do bem-estar, por se tratar de uma variável que tem em consideração três diferentes dimensões. Outros estudos empíricos utilizam outras variáveis como o PIB e o seu crescimento como uma fonte de criação de bem-estar social. Soumaré (2015), baseado em alguns estudos, indica que essa relação não é sempre verídica, dado que existem evidências de que a pobreza continua a aumentar apesar do crescimento do PIB. O IDH surge, assim, como a variável que engloba não só as oscilações no rendimento, mas também o acesso das populações a dois *drivers* fundamentais para a melhoria da sua qualidade de vida, que são o acesso a cuidados de saúde e à educação. Tal como Soumaré (2015) defende, só analisando um indicador composto como o IDH é que existe a perceção se o rendimento e riqueza gerados estão a ser devidamente empregues em instrumentos que permitem uma melhoria do bem-estar social e, consequentemente, garantir um crescimento económico sustentável.

Apesar dos estudos selecionados terem em comum a utilização do IDH como variável chave para a mensuração do bem-estar social, eles diferem entre si em variados aspetos.² A tabela 1 sintetiza várias características desses estudos, nomeadamente as respetivas amostras e períodos em análise, as principais variáveis utilizadas e a metodologia para a estimação dos modelos e os respetivos resultados obtidos. Os estudos encontram-se organizados cronologicamente.

² As pesquisas na SCOPUS e na WEB OF SCIENCE que satisfizeram as palavras chave para a investigação levada a cabo neste trabalho resultaram em apenas 5 estudos. As palavras chave utilizadas na pesquisa foram *foreign direct investment, welfare, social effects* e *host country effects*. A data da última pesquisa realizada foi dia 1 de Abril de 2018.

Tabela 1 – Síntese dos estudos que utilizam o IDH como mensuração do bem-estar social

Autor (ano)	Amostra	Período	Metodologia	Variável dependente	Principal variável explicativa (Impacto)	Variáveis de controlo
Sharma e Gani (2004)	34 países de médio e baixo rendimento	1975-1999	Efeitos fixos	IDH	IDE/PIB (0)	Taxa de crescimento do PIB real, Despesas militares, Taxa de mortalidade infantil, Rating de Liberdade e direitos civis
Gohou e Soumaré (2010)	52 países africanos, 10 asiáticos, 25 da Europa de Leste e 32 países da América Latina	1990-2007	<i>Granger causality test on panel data</i>	IDH e PIB per capita	Stock de IDE per capita (+), IDE/PIB (+)	Dívida Pública (% do PIB), Consumo Público (% PIB), Grau de Abertura, IPC, entre outras variáveis de controlo ^b
Tintin (2012)	125 países (38 desenvolvidos, 58 em vias de desenvolvimento e 29 subdesenvolvidos)	1980-2010	Efeitos fixos	IDH e as suas três dimensões ^a	Stock de IDE per capita (+) Stock de IDE per capita do ano anterior (+)	Índice de Liberdade Económica
Lehnert, et al. (2013)	175 países	1997-2007	Método dos momentos	IDH e as suas três dimensões ^a	Stock de IDE/PIB (+)	Grau de Abertura, Poupança em % do PIB, Governabilidade (Burocracia), Rácio Importação de armas
Soumaré (2015)	6 países (Argélia, Egipto, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia)	1990-2011	<i>Granger causality test on panel data</i>	IDH e PIB per capita	IDE (+)	Dívida Pública (% do PIB), Consumo Público (% PIB), Grau de Abertura, IPC, entre outras variáveis de controlo ^b

Legenda:

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; IPC – Índice de Perceção de Corrupção;

^a Índice de educação, índice de acesso aos cuidados de saúde e PIB per capita;

^b Taxa de inflação, número de telefones por 100 habitantes, quilómetros de estradas pavimentadas por 100 habitantes, utilizadores de internet por cada 100 habitantes, rácio de liberdade política, rácio de liberdade civil, nível de educação, volume de crédito do país (em % do PIB) e capitalização do mercado bolsista (em % do PIB).

Relativamente às amostras utilizadas, estas são muito distintas e enquanto alguns autores utilizam um conjunto alargado de países para análise, outros focam-se apenas numa região ou num grupo restrito de países com características comuns, como por exemplo o estudo de Soumaré (2015), que utiliza apenas seis países do Norte de África como amostra. Por sua vez, em termos de período analisado, este está dependente do número de países contemplados, dado que em estudos com uma maior amostra como o de Lehnert et al. (2013) (cerca de 9000 observações para um total de 175 países) é possível verificar a opção por um período menor para a recolha de observações, considerando para amostra o intervalo entre 1997 e 2007. Em relação aos períodos em análise e apesar da distinção no que concerne ao número de anos utilizados para amostra, é possível verificar um padrão existente, sendo a amostra respetiva a um período compreendido entre 20 e 30 anos.

Relativamente à metodologia utilizada nos diferentes estudos, é possível verificar que autores como Tintin (2012) e Sharma e Gani (2004) utilizam o modelo de efeitos fixos, enquanto Lehnert et al. (2013) privilegiaram o uso do método dos momentos. Soumaré (2015) e Gohou e Soumaré (2012), por sua vez utilizam o teste de causalidade de Granger para dados em painel. No entanto, todas estas abordagens têm um ponto em comum, dado que em todos os estudos são analisados dados em painel provenientes de amostras de um conjunto de países para um período selecionado.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, além de ser a variável central em todos os estudos apresentados, é pertinente destacar a opção de alguns autores pela utilização de *proxys* alternativas como meio para testar os seus diferentes impactos em distintas dimensões. Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012) utilizam três *proxys* alternativas para quantificar os impactos do IDE nas três diferentes dimensões do IDH. Recorrem aos três indicadores que compõe o IDH, a esperança média de vida à nascença, o número de anos de escolaridade esperados e o PIB per capita, para verificar em qual das vertentes é que o IDE terá impactos mais significativos. Soumaré (2015) por seu lado, utiliza um modelo alternativo para comparar os impactos do IDE no PIB com os impactos que a variável gera na evolução do IDH, e dessa forma explicitar a escolha pela utilização deste último indicador como variável para a mensuração do bem-estar social dada a abrangência das suas três dimensões. Já Sharma e Gani (2004) investigaram os efeitos do IDE no desenvolvimento humano para países de médio e baixo rendimento no período de 1975 a 1999, concluindo que o IDE tem um efeito positivo no desenvolvimento humano nestes

países, muito visível na criação de infraestruturas e no impacto no crescimento económico. No entanto, alertam para a necessidade de políticas de atração do IDE e de investimentos na formação de capital humano.

Relativamente aos resultados dos estudos, na sua generalidade estes reportaram uma relação positiva entre o IDE e IDH dos países recetores, ou seja, o IDE contribui positivamente para o bem-estar social destes países (ainda que com distintas grandezas), com exceção do estudo de Sharma e Gani (2004) que apresenta resultados estatisticamente não significativos

Finalmente, relativamente às variáveis de controlo todos os autores apresentam distintas variáveis nos seus estudos, mas todas com o objetivo comum de controlar outras variáveis que afetam o IDH. Ainda que sejam distintas, é possível agrupar as variáveis em várias dimensões como no estudo de Amate-Fortes, Guarnido-Rueda e Molina-Morales (2017)³, de acordo com a dimensão que pretende analisar. Assim, e segundo a classificação atribuída pelos autores, podemos verificar que nos estudos analisado foram utilizadas um conjunto de variáveis de controlo de natureza económica como o grau de abertura, a dívida pública (em % do PIB), a poupança (em % do PIB), o consumo (em % do PIB) ou a taxa de crescimento real do PIB, que se focam essencialmente na evolução económica dos países; um conjunto de variáveis institucionais, como a governabilidade (burocracia), *rating* de liberdade e direitos civis ou o índice de liberdade económica, com o intuito de caracterizar as instituições governamentais do país e o seu desenvolvimento; e variáveis demográficas como a taxa de mortalidade infantil que pretende analisar a evolução demográfica do país associada à melhoria de condições de vida das populações. Várias destas variáveis foram usadas nos estudos sintetizados na tabela 2.

³ Este estudo foca-se num conjunto de variáveis e dimensões que devem ser consideradas no estudo do bem-estar social. Contudo, não satisfaz o critério aplicado para os estudos identificados na tabela 1, visto que ao contrário dos estudos apresentados não utiliza o IDE como principal variável explicativa para os impactos no bem-estar social.

3. Considerações metodológicas

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o impacto do IDE no bem-estar social dos países recetores. Assim, na secção 3.1 é especificado o modelo utilizado para análise do respetivo impacto, sendo também apresentadas as variáveis utilizadas e o seu efeito esperado sobre o bem-estar. Na secção 3.2 é apresentada a amostra e respetiva fonte de dados. Finalmente, na secção 3.3, procede-se a uma breve análise à amostra, através da apresentação de estatísticas descritivas.

3.1. Especificação do modelo

Será utilizada uma metodologia quantitativa para avaliar o impacto do IDE no bem-estar social. Como tal, será utilizado um modelo econométrico no sentido de determinar a relação entre as variáveis, podendo assim quantificar os impactos no bem-estar social resultantes do IDE. Tal como indicado anteriormente, devido à existência de poucos estudos sobre este tema em específico, serão utilizados os trabalhos de Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012) como referência para a especificação do modelo econométrico a ser estimado, que é explanado pela equação seguinte:

Bem-estar_{it}

$$= \alpha + \beta 1 (IDE/PIB)_{it} + \beta 2 DGC_{it} + \beta 3 GA_{it} + \beta 4 I_Corr_{it} + \beta 5 IEP_{it} + \beta 6 Tx_Desem_{it} + \beta 7 U_Internet_{it} + U_{it}$$

onde *i* representa o *i*-ésimo país da amostra e *t* representa o *i*-ésimo ano considerado.

Tal como indicado anteriormente, a variável dependente corresponde ao bem-estar (medido através do índice de desenvolvimento humano), sendo utilizada como variável explicativa o investimento direto estrangeiro em percentagem do PIB (IDE/PIB), e como variáveis de controlo a despesa do governo em consumo (DGC_{it}), o grau de abertura do país recetor ao comércio internacional (GA), o índice de controlo de corrupção (I_Corr), o índice de estabilidade política (IEP), a taxa de desemprego do país recetor (Tx_Desem) e a percentagem de população com acesso à utilização de internet (U_Internet). U_{it} refere-se a uma perturbação aleatória associada ao modelo.

O índice de desenvolvimento humano é a variável indicada para medir o bem-estar devido à sua abrangência. Segundo Sen e Anand (1994), este indicador representa as três dimensões fulcrais das condições de vida de uma população, nomeadamente o acesso a cuidados de saúde através da esperança média de vida à nascença, o acesso à educação por meio da análise do número de anos esperados de escolaridade e do número médio de anos de escolaridade verificados e o rendimento pela inclusão do Produto Interno Bruto (PIB). Lehnert et al. (2013) justificam a utilização do IDH como variável dependente para a análise do bem-estar social dadas as diferentes dimensões que inclui ao invés da utilização exclusiva do PIB que apenas representa a evolução do bem-estar em termos económicos. À semelhança do que Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012) efetuaram nos seus estudos, é possível estudar individualmente cada uma das dimensões do IDH, sendo utilizadas três *proxies* alternativas, com o objetivo de perceber em qual das dimensões é que o IDE terá um maior impacto. Para tal, iremos testar como *proxies* alternativas do bem-estar as três dimensões do IDH: no contexto do acesso a cuidados de saúde, é considerada a evolução da esperança média de vida à nascença (EMV); para mensurar o acesso à educação é utilizado o número de anos esperados de escolaridade (Escolaridade) e para o rendimento é considerado o valor do PIB per capita em dólares paridade de poder de compra (PIB per capita PPC).

Como variáveis explicativas, será desde logo analisado o impacto resultante do IDE no bem-estar social, que é o principal foco de análise deste estudo. Para tal serão utilizados os valores do stock de IDE em proporção do PIB do país recetor, à semelhança de Lehnert et al. (2013), esperando-se que esta variável tenha um impacto positivo no bem-estar social, tal como evidenciado na secção 2.2. Adicionalmente, e de acordo com o que é também verificado na literatura existente, serão acrescentadas outras variáveis explicativas, com o principal intuito de servirem como variáveis de controlo.

Uma primeira variável de controlo utilizada, e à semelhança do que é considerado nos estudos de Gohou e Soumaré (2012) e Soumaré (2015), está relacionada com a despesa dos governos dos países recetores em consumo, em percentagem do PIB (DGC). Para Gohou e Soumaré (2012) os gastos governamentais são um importante meio para a satisfação de necessidades básicas da população especialmente nos países em desenvolvimento, com impactos no bem-estar social. Segundo os autores espera-se que esta variável afete positivamente o bem-estar social..

Uma segunda variável de controlo é o grau de abertura do país ao comércio internacional (GA), calculada através da soma do valor das exportações e das importações do país num dado ano em relação ao valor do PIB para esse mesmo período. No seu estudo, Lehnert et al. (2013) utilizam esta variável, sendo útil para a constatação do impacto que as trocas com os restantes países tem na melhoria do bem-estar das populações, por exemplo através da criação de riqueza ou de impactos positivos ao nível da criação de emprego, sendo expectável que afete positivamente o bem-estar social.

Outro fator tomado em consideração na avaliação do bem-estar do país recetor é o seu enquadramento legal e jurídico. Como tal, e de acordo com Amate-Fortes et al. (2017) será útil incluir no modelo uma variável de natureza institucional, sendo para isso utilizado o Índice de Estabilidade Política (IEP), de forma a mensurar a estabilidade governamental e o estado de desenvolvimento das instituições dos países e de que forma impacta no bem-estar social do país. É comum que em países menos desenvolvidos com excelentes capacidades ao nível de recursos, exista maior instabilidade política, que condiciona a exploração da riqueza e consequente criação de condições para o desenvolvimento sustentável (Jensen & Wantchekon, 2004). Segundo Amate-Fortes et al. (2017) é expectável que esta variável tenha um impacto positivo no bem-estar social.

Amate-Fortes et al. (2017) consideram a taxa de desemprego (Tx_Desem) como uma variável determinante para o desenvolvimento humano e respetivo bem-estar das populações. Paralelamente, Taner, Sezen e Mihci (2011) referem que na sociedade atual, o emprego pode ser visto com um dos direitos humanos fundamentais para qualquer indivíduo. Como tal, é útil considerar esta variável no modelo, com o objetivo de perceber os seus impactos no bem-estar social, dada a sua importância para a manutenção de paz, segurança e desenvolvimento sustentável das diversas sociedades. Segundo os autores é esperado que a taxa de desemprego afete negativamente o bem-estar social.

Conforme referido por Amate-Fortes et al. (2017) é importante utilizar uma variável que tome em consideração o desenvolvimento das infraestruturas dos países na análise da evolução do seu bem-estar. Numa sociedade caracterizada pela globalização, onde a preponderância dos fluxos de informação e da interligação com outras economias e realidades assume uma maior importância para a população, a qualidade das infraestruturas tecnológicas será um excelente indicador da evolução do país neste aspeto. Assim, inclui-

se como variável a percentagem de população com acesso à utilização de internet (U_Internet), esperando-se uma relação positiva com o bem-estar social.

A tabela 2 apresenta uma síntese das variáveis explicativas, as respetivas *proxies* e o seu efeito esperado no bem-estar:

Tabela 2 – Variáveis explicativas do modelo e efeito esperado no bem-estar

Variável	Proxy	Efeito esperado no bem-estar
IDE	Stock de IDE / PIB (%)	Positivo
Despesa do governo	Gastos do governo em consumo final / PIB (%)	Positivo
Grau de Abertura	(Exportações + Importações) / PIB	Positivo
Estabilidade das instituições	Índice de Estabilidade Política (1 a 100)	Positivo
Desemprego	Taxa de desemprego (%)	Negativo
Utilizadores de Internet	% da população com acesso à internet	Positivo

Todas as variáveis representadas na tabela 2 foram obtidas na base de dados do Banco Mundial, com exceção do IDE cuja fonte é a UNCTAD.

3.2. Seleção da amostra

Para seleção da amostra foram adotados um conjunto de critérios base para a definição do período temporal e dos países elegíveis, com o objetivo de levar a cabo uma análise completa e isenta de enviesamentos.

Ao nível temporal a escolha recaiu para o período de 2001 a 2015 (15 anos), com o objetivo de considerar uma amostra alargada de países face às variáveis consideradas. Ainda que o ano inicial de cálculo do IDH remonte a 1990, apenas na viragem do milénio passaram a ser considerados um conjunto de países (essencialmente países em vias de desenvolvimento), pelo que por forma a considerar este grupo de países apenas se considera o período posterior a 2001. Adicionalmente, e ainda que o IDE tenha ganho

especial relevância desde a década de 90, só durante a década de 2000 os países em desenvolvimento começaram a tornar-se importantes recetores de IDE.⁴ Foi, também, possível constatar que o reporte de dados é mais completo desde o início da década 2000 para algumas das variáveis utilizadas no modelo. Por seu lado, a escolha do ano de 2015 como limite superior do período deveu-se à intenção de dispor de estatísticas completas para a totalidade das variáveis em análise, algo que não seria possível para os anos de 2016 e 2017, por ausência de reporte de algumas variáveis. Para a seleção dos países foram considerados todos aqueles que foram alvo de classificação de acordo com o seu índice de desenvolvimento humano (IDH) por parte das Nações Unidas, abrangendo assim um total de 188 países.

Após recolha dos dados para os 188 países para o período em análise, foram efetuados diversos ajustes na amostra com o objetivo de minimizar os efeitos de falta de informação para alguns países no que se refere a algumas variáveis. Para tal foram utilizados um conjunto de critérios para a variável dependente (índice de desenvolvimento humano), para as suas três dimensões (esperança média de vida, número de anos esperados de escolaridade e PIB per capita em dólares PPC) e para a principal variável explicativa (investimento direto estrangeiro). Dada a criticidade destas variáveis, na ausência de valores para as mesmas optou-se por suprimir o país da amostra final a considerar. Este procedimento originou a exclusão de 29 países (20 porque tinham em falta valores para o IDH para pelo menos um dos anos e 9 porque não dispunham da totalidade dos valores para o IDE - principal variável explicativa - para o período em análise). Adicionalmente, com o objetivo de minimizar erros no momento da estimação a realizar foram excluídos 10 países por falta de valores para algumas variáveis de controlo.⁵ Desta forma, a amostra ficou circunscrita a 149 países (47 desenvolvidos e 102 em desenvolvimento)⁶ que

⁴ A crescente importância dos países em desenvolvimento como recetores de IDE é visível na evolução dos stocks de IDE deste conjunto de países nas últimas décadas. Se em 1990 representavam 508,8 mil milhões de dólares, em 2001 (ano inicial da amostra) representavam 1,74 biliões de dólares. Em 2015 (último ano considerado para amostra) representavam 8,68 biliões de dólares, o que correspondeu a um crescimento de cerca de 400% no período em análise neste trabalho (UNCTAD, 2018).

⁵ Ver em anexo a tabela A1 para consulta da listagem de países considerados para a amostra e as tabelas A2 e A3 para consulta dos motivos da não inclusão dos restantes países.

⁶ Para a divisão dos países em dois grupos foi utilizada a classificação realizada pela Nações Unidas. Os países cuja classificação corresponde a um nível de desenvolvimento muito elevado foram agrupados como países desenvolvidos, sendo que os países pertencentes às restantes classificações (desenvolvimento alto, médio e baixo) foram agrupados como países em desenvolvimento. Os países com desenvolvimento alto foram incluídos neste segundo grupo, dado que na generalidade continuam a apresentar lacunas em algumas dimensões tomadas em conta no desenvolvimento dos países.

apresentam todos os valores necessários para a análise, minimizando assim eventuais enviesamentos resultantes de dados incompletos.

Adicionalmente, e face a especificidades apresentadas pela variável estabilidade política, foram adotados alguns pressupostos para dessa forma permitir uma análise com maior exatidão. Assim, uma vez que para o período de 1996 a 2002 esta variável era apenas calculada de dois em dois anos, para permitir a sua utilização no modelo o valor para o ano de 2001 foi calculado com base na média entre os valores apresentados pelo país no ano anterior (2000) e no ano posterior (2002), aferindo assim uma evolução contínua da variável, em consonância com os valores apresentados.

Desta forma foi possível dispor de uma amostra completa para o período considerado, sendo que na secção seguinte serão apresentadas as estatísticas descritivas associadas à amostra e o respetivo padrão de evolução.

3.3. Estatísticas descritivas

Nesta secção serão apresentadas estatísticas descritivas para a generalidade das variáveis, sendo apresentadas as médias e a evolução anual verificada para as variáveis fulcrais do modelo a utilizar. Esta análise tem como objetivo verificar a existência de padrões semelhantes na evolução das variáveis que podem evidenciar eventuais relações entre as mesmas. O cálculo das estatísticas descritivas é um importante ponto de partida e uma condição fulcral para a estimação do modelo a realizar no capítulo seguinte.

A primeira análise incide nas estatísticas descritivas para a totalidade da amostra e que constam da Tabela 3.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das variáveis para a totalidade da amostra

Variável	Média	Máximo	Mínimo	Desvio-Padrão	Observações
IDH	0,671	0,949	0,261	0,169	2235
Escolaridade	12,503	20,700	2,900	3,149	2235
EMV	69,152	84,200	39,700	9,760	2235
PIB per capita (dólares PPC a preços de 2011)	17436,362	129349,916	503,832	19678,919	2199
IDE/PIB (%)	52,834	1810,289	0,494	126,790	2235
DGC (%)	15,631	88,983	2,047	6,257	2152
GA (%)	89,006	442,62	0,167	53,105	2196
IEP	45,546	100,000	0,474	27,873	2230
TX_DESEM (%)	7,975	38,040	0,160	5,616	2235
U_INTERNET (% da população)	28,599	98,200	0,000289	28,077	2209

Nota:

Ainda que o PIB per capita seja uma das dimensões do IDH, não foi possível recolher valores para 36 observações (Afeganistão para o ano de 2001, Ilhas Salomão de 2001 a 2015, Líbia de 2012 a 2015, Síria de 2001 a 2015 e Venezuela para o ano de 2015). Contudo, como as dimensões do IDH serão estimadas independentemente e dado que os valores em falta não originam a exclusão de países adicionais da amostra, a diferença não terá impactos significativos.

Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Iniciando a análise pela variável dependente do modelo, o IDH, este índice varia de 0 a 1 e apresenta uma média global de 0,671, valor que se enquadra perante a elevada dispersão de valores resultante das diferenças entre os níveis de bem-estar dos países. Prova dessas diferenças são o elevado intervalo entre o valor máximo e o valor mínimo verificados na amostra, e o valor de 0,169 verificado no desvio-padrão para a amostra considerada.

A média global de escolaridade esperada cifrou-se nos 12,503 anos, sendo o valor mínimo da amostra de 2,9 anos e o valor máximo de 20,7 anos. Esta diferença repercute-se no desvio-padrão da amostra total, que ao atingir os 3,149 anos, representa cerca de 25%

do valor da média e assim demonstra a variabilidade existente na amostra, resultante das diferenças entre grupos de países.

A esperança média de vida é uma variável peculiar, dado que ainda que exista uma diferença significativa entre o valor mínimo da amostra (39,7 anos) e o valor máximo (84,2 anos), e que atesta a dispersão existente na amostra (visível no valor do desvio-padrão de 9,537 anos), a média global é relativamente alta (69,152 anos).

Para o PIB per capita é possível verificar que a média ronda os 17436 dólares, resultante de uma grande amplitude existente entre os diversos países da amostra. Prova dessas diferenças é o contraste existente entre o valor máximo (129349,916 dólares) e o valor mínimo (503,832 dólares), e o elevado desvio-padrão existente (19678,919 dólares) que é inclusive superior à média verificada.

Relativamente à principal variável explicativa (stock de IDE em percentagem do PIB) apresenta também uma elevada variabilidade entre os países, visível na diferença entre o valor mínimo (0,494 %) e no valor máximo (1810,289 %) da amostra, o que origina um elevado desvio-padrão (126,790%), sendo inclusive superior à média global da amostra (52,834 %). Esta média global evidencia que analisando a amostra para o período de 2001 a 2015, o IDE representou, em média, mais de metade do produto interno dos países da amostra, o que realça a importância deste fenómeno nas últimas décadas, tal como evidenciado nas secções anteriores.

Para análise foram incluídas as despesas dos governos em consumo final em percentagem do PIB (DGC) que representaram em média 15,631% para a amostra considerada. No entanto, é possível verificar que os valores apresentam uma variabilidade entre os diversos países, dada a diferença entre o valor mínimo (2,047%) e o valor máximo (88,983%) e o desvio-padrão verificado (6,257%).

A média do grau de abertura para os dados recolhidos cifrou-se em cerca de 89 %, valor que mostra a grande importância das relações comerciais entre países. No entanto, este indicador varia bastante consoante os diversos países representados na amostra, algo que é comprovado através da diferença entre o valor máximo de 442,62 % e o mínimo de 0,167%, sendo que a dispersão da amostra origina um desvio-padrão de 53,105 %.

O índice de controlo de corrupção varia entre 0 e 100, sendo que valores mais elevados para o índice indicam que maior será o rigor e controlo das instituições do país

para temas de corrupção, minimizando a sua ocorrência. Analisando os valores da amostra podemos constatar que a média se situa em 45,546, sendo o valor máximo 100 e o valor mínimo 0,474. Assim, é possível verificar a existência de uma dispersão de valores bastante acentuada, algo ainda mais perceptível quando se analisa o valor do desvio-padrão que se cifra em 29,063, e que representa cerca de 2/3 do valor da média para os países da amostra.

O índice de estabilidade política, à semelhança do índice de controlo de corrupção, varia entre 0 e 100 e tem como objetivo perceber a estabilidade política dos diversos países, sendo que valores mais próximos de 100 revelam maior estabilidade política do país. A média deste indicador para a amostra recolhida é de 46,89, sendo que o valor máximo atingiu os 100 e o valor mínimo apenas 0,474. Esta elevada dispersão dos valores da amostra em torno da média é também perceptível pelo valor do desvio-padrão (27,873).

A taxa de desemprego apresentou uma média de 7,975% e um desvio-padrão de 5,616%. Podemos verificar que dada a média apresentada pela variável, o desvio-padrão é considerável, o que demonstra a variabilidade dos valores, também ilustrada pelo elevado contraste entre o valor máximo e mínimo verificados (respetivamente, 38,040% e 0,160%).

Conforme indicado anteriormente, para análise do desenvolvimento das infraestruturas dos diferentes países é usada a percentagem de utilizadores de internet face à população total do país. Para a totalidade da amostra é possível constatar que a média das observações ronda os 28,599%, sendo que o desvio-padrão apresenta um valor muito próximo, ao atingir os 28,077%. Este elevado valor do desvio-padrão face à média demonstra a variabilidade dos valores recolhidos, também patente na diferença verificada entre o valor máximo recolhido (98,200 %) e o valor mínimo (muito próximo de 0%).

Adicionalmente às estatísticas descritivas relativas à globalidade da amostra é importante analisar separadamente os dois grupos de países (desenvolvidos e em desenvolvimento) para permitir a comparação entre estes, à semelhança do que foi realizado por Lehnert et al. (2013). Com esse objetivo, a tabela 4 apresenta as médias das variáveis do modelo para os dois grupos de países e a síntese dos cálculos efetuados para comparação das médias entre ambos os grupos, para aferir se as diferenças existentes são estatisticamente significativas. Para tal, realizou-se o teste de *T-Student* para amostras independentes para um nível de significância de 0.05 recorrendo ao programa estatístico SPSS (a hipótese nula é de que a média dos países desenvolvidos é igual à média dos países

em desenvolvimento, para cada uma das variáveis em estudo).⁷ O primeiro passo para o teste de igualdade de médias é a análise do teste de Levene para apurar a homogeneidade das variâncias (Gujarati & Porter, 2009), sendo possível inferir que as variâncias dos dois grupos não são iguais.⁸ Como tal, no teste *T-student* para igualdade de médias são considerados os resultados relativos a variâncias iguais não assumidas para todas as variáveis em análise (Gujarati & Porter, 2009).

⁷ Dado que os dois grupos de países contam com uma amostra superior a 30 elementos e de acordo com o Teorema do Limite Central que indica que à medida que o tamanho da amostra aumenta a sua distribuição se aproxima da normalidade, não é necessário realizar testes de normalidade para assegurar que a variável segue uma distribuição normal (Gujarati & Porter, 2009).

⁸ Os resultados do teste de Levene encontram-se na tabela A3 em anexo.

Tabela 4 – Média das variáveis para os países desenvolvidos e países em desenvolvimento representados na amostra

Variável	Países desenvolvidos		Países em desenvolvimento		Teste <i>T-student</i> (<i>p-value</i>)
	Média	Observações	Média	Observações	
IDH	0,855	705	0,586	1530	0,000
Escolaridade	15,762	705	11,002	1530	0,000
EMV	78,166	705	64,998	1530	0,000
PIB per capita (dólares PPC a preços de 2011)	39214,900	705	7159,341	1494	0,000
IDE/PIB (%)	83,129	705	38,875	1530	0,000
DGC (%)	18,550	705	14,208	1474	0,000
GA	106,030	705	80,957	1491	0,000
IEP	71,627	705	33,488	1525	0,000
TX_DESEM (%)	7,320	705	8,277	1530	0,000
U_INTERNET (% da população)	59,103	702	14,390	1507	0,000

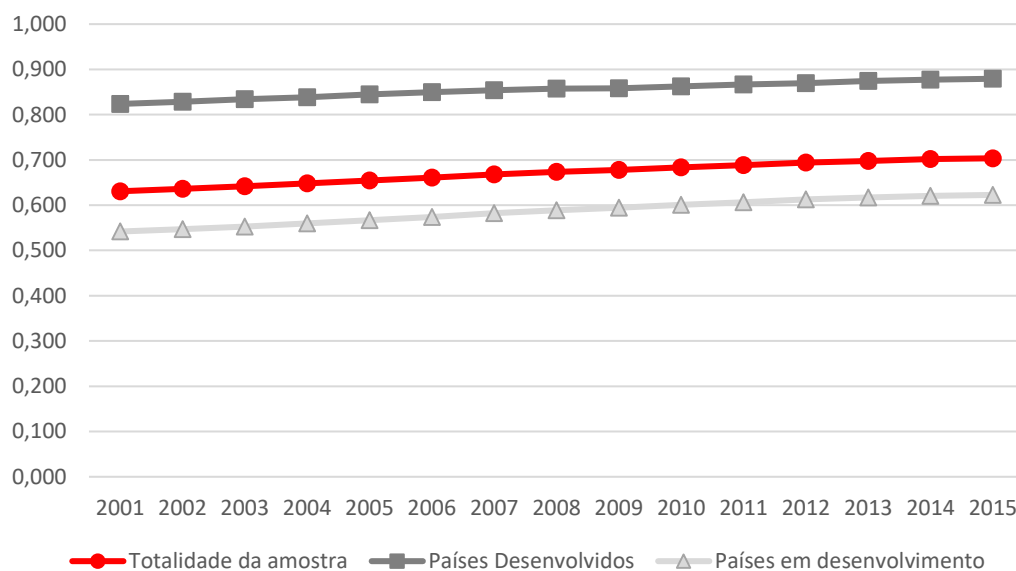
Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Assim, através da observação dos valores presentes na tabela 4, relativos ao teste *T-student* para amostras independentes para todas as variáveis do modelo conclui-se que existem diferenças de médias estatisticamente significativas entre os dois grupos, dado que todos os *p-values* são inferiores a 0,05 (nível de significância) o que rejeita a hipótese nula relativa à igualdade de médias entre os dois grupos para todas as variáveis em análise.

Existem, então, diferenças de médias estatisticamente significativas entre os dois grupos, com os países desenvolvidos a apresentarem, em média, maior IDH, escolaridade, esperança média de vida, PIB per capita, IDE/PIB, despesas do governo em consumo, grau de abertura, índice de estabilidade política e utilizadores de internet e menor taxa de desemprego face aos países em desenvolvimento.

No entanto, ainda que tenham sido apresentadas as estatísticas relevantes para a globalidade da amostra e para os dois grupos de países em análise, será importante apresentar a evolução da média anual das principais variáveis do modelo para o período em análise. Assim sendo, são apresentados gráficos com a evolução da variável dependente do modelo (IDH), das suas *proxies* (nº anos de escolaridade esperada, esperança média de vida à nascença e PIB per capita) e da principal variável explicativa do modelo (stock de IDE em % do PIB). Quanto às variáveis de controlo utilizadas é também realizada uma menção à sua evolução global no período.

Figura 3 – Evolução da média anual do IDH (2001-2015)



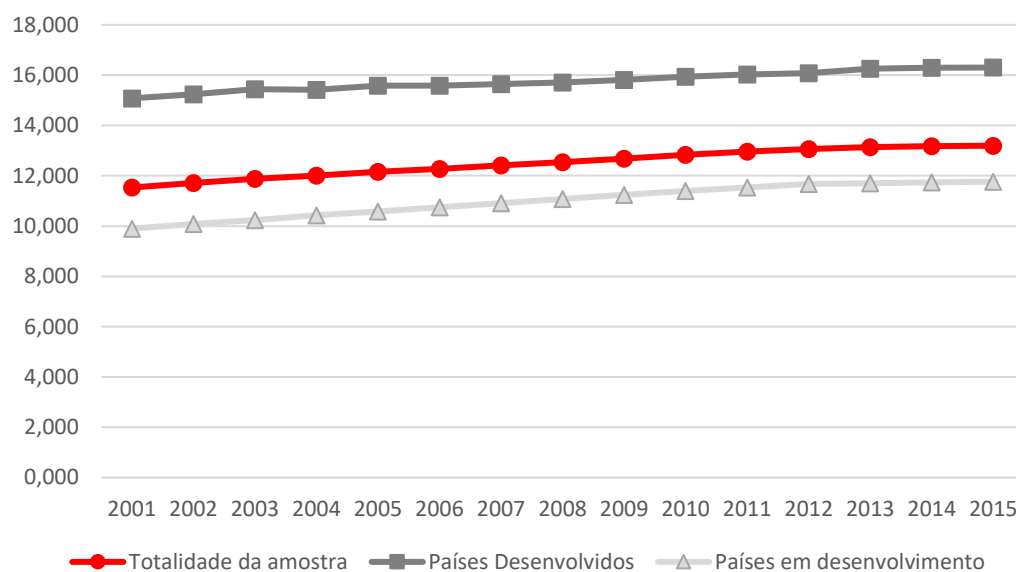
Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Através da observação da Figura 3 constata-se uma tendência de evolução positiva do IDH para o período de 2001 a 2015, o que atesta a melhoria do bem-estar médio em termos globais. Partindo de uma média de 0,631 em 2001 para uma média de 0,704 em 2015, este crescimento da média global do IDH evidencia uma melhoria de condições de vida das populações da generalidade dos países da amostra. Ainda que pudesse ser expectável que os acréscimos de bem-estar nos países desenvolvidos fossem mais reduzidos face a acréscimos em países menos desenvolvidos, dadas as boas condições de vida já existentes no início de período em análise para as populações do primeiro grupo de

países e pela existência de oportunidades de melhoria evidenciadas por muitos países em vias de desenvolvimento (processo de *catching up*), a figura 3 mostra que a evolução do IDH foi muito semelhante para os dois grupos de países.

A melhoria da média global do IDH resulta da evolução das suas componentes, sendo possível verificar aumentos nos anos médios de escolaridade esperados (aumento médio global de cerca de 1,6 anos), um incremento na esperança média de vida da globalidade da amostra (cerca de 4,7 anos) e aumento no rendimento médio per capita (cerca de 3600 dólares entre 2001 e 2015), como evidenciado nas figuras 4, 5 e 6, respetivamente.

Figura 4 – Evolução da média anual do número de anos de escolaridade esperados (2001-2015)

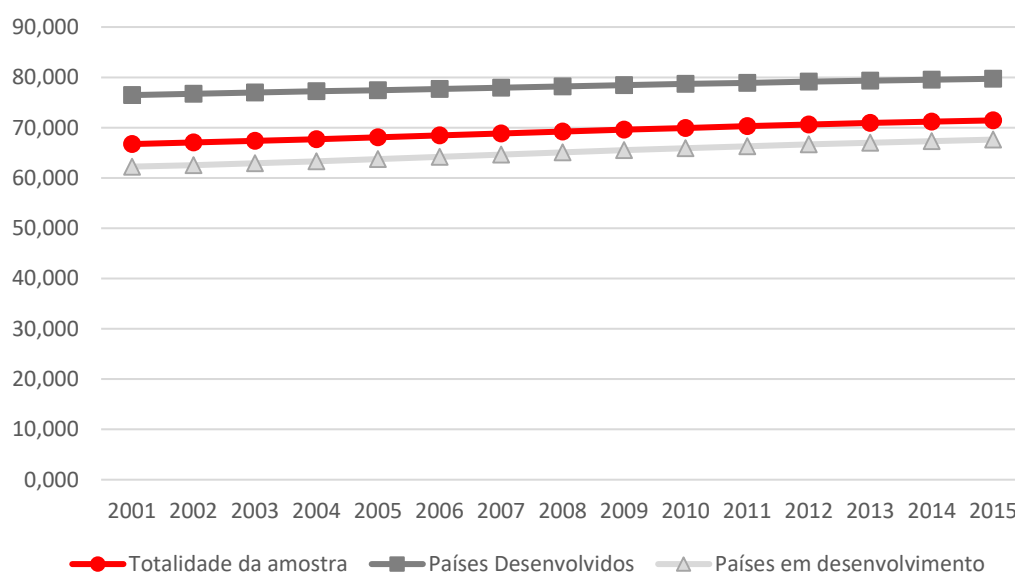


Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Na figura 4 é possível verificar uma evolução na média anual do número de anos de escolaridade esperados ao longo do período em análise, passando de um valor próximo dos 11,5 anos em 2001 para um valor médio de cerca de 13,2 anos em 2015. Esta tendência positiva e contínua de evolução verificada ao longo dos últimos anos é comum a ambos os grupos de países analisados. Contudo, é importante realçar o facto de, historicamente, e de acordo com o que seria esperado, os países desenvolvidos apresentarem um número médio

de anos de escolaridades esperados superior ao dos países em desenvolvimento, sendo que no período em análise a diferença se manteve, embora com uma subida ligeiramente superior na média do indicador por parte dos países em desenvolvimento comparativamente aos países desenvolvidos.

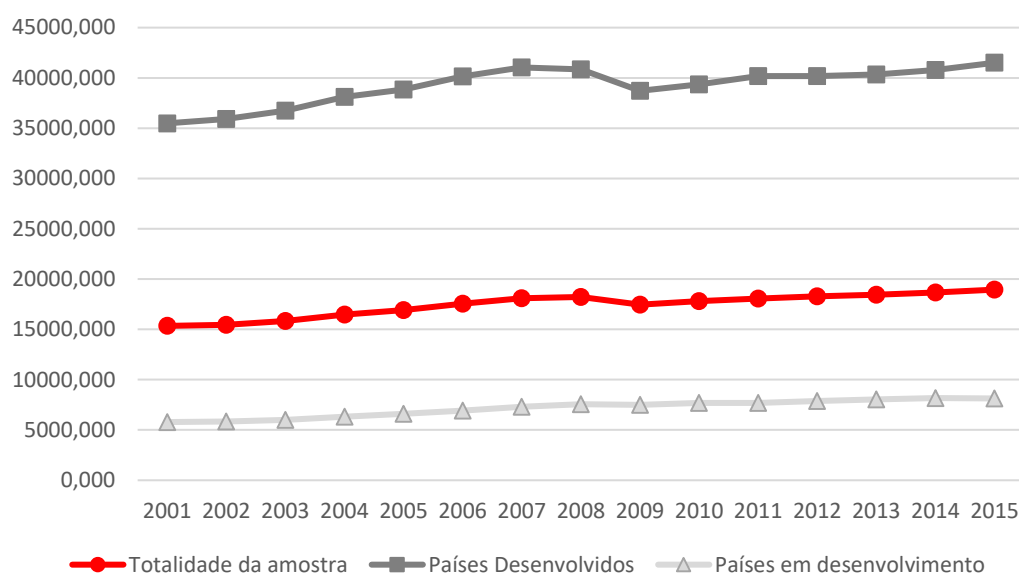
Figura 5 – Evolução da média anual da EMV (2001-2015)



Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Relativamente à esperança média de vida, a figura 5 mostra que para o período em análise a variável apresentou uma evolução positiva, passando de um valor médio de 66,73 anos em 2001 para um valor de 71,44 anos em 2015. Esta tendência positiva para a globalidade da amostra foi acompanhada pelas médias de ambos os grupos em análise. Os países desenvolvidos passaram de uma média de 76,47 anos em 2001 para uma média de 79,72 anos em 2015, enquanto os países em desenvolvimento evoluíram de uma média de 62,25 anos em 2001 para uma média de 67,63 anos em 2015. Como seria expectável, o valor médio de esperança média de vida para os países desenvolvidos é superior face aos países em desenvolvimento, no entanto, no período em análise a evolução deste segundo grupo de países foi superior em aproximadamente 2,15 anos (um aumento de 5,38 anos para os países em desenvolvimento e de 3,25 anos para os países desenvolvidos).

Figura 6 – Evolução da média anual do PIB per capita - em dólares PPC a preços constantes de 2011 (2001-2015)



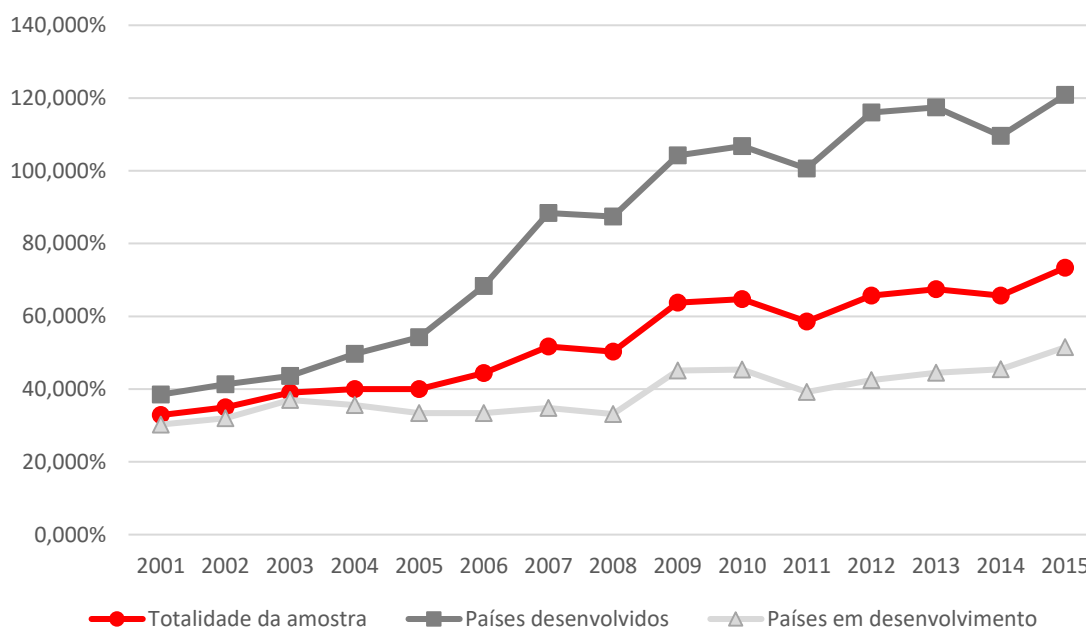
Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

A figura 6 retrata a evolução da média anual do PIB per capita para a globalidade da amostra e para cada um dos agrupamentos de países definidos consoante o nível de desenvolvimento. A amostra global evoluiu positivamente ao longo do período (crescimento de cerca de 24,3 %) transitando de um valor de 15345,903 dólares PPC em 2001 para 18951,511 dólares PPC em 2015. A única exceção ocorreu entre 2008 e 2009, onde a variável decresceu cerca de 4 %. A média da amostra dos países desenvolvidos evidenciou uma tendência de crescimento com exceção do período de 2007 a 2009 onde decresceu cerca de 5,7%. No entanto para o período em análise a evolução foi positiva, passando de um valor de 35482,974 dólares PPC em 2001 para 41504,904 dólares PPC em 2015. Relativamente aos países em desenvolvimento a média apresentou um crescimento de cerca de 41 % para o período em análise, partindo de um valor de 5785,789 dólares PPC em 2001, alcançando os 8135,087 dólares PPC em 2015. Paralelamente ao verificado para a globalidade da amostra, a média do PIB per capita para os países em desenvolvimento apresentou um decréscimo de cerca de 1,4 % entre 2008 e 2009.

No que diz respeito ao IDE, analisando a figura 7 é possível verificar uma tendência de crescimento da média anual entre 2001 e 2015 para a globalidade da amostra considerada, partindo de um valor médio de cerca de 35% do PIB para um valor de 73 %

em 2015. Esta evolução positiva permitiu que o valor médio de IDE em 2015 representasse mais do dobro da percentagem face ao PIB para a totalidade da amostra do que os valores apresentados no início do milénio. Este aumento do peso do IDE no produto dos países é um indicador da importância cada vez maior do IDE e da crescente integração dos países numa economia global. No entanto, é possível verificar que o peso do IDE no PIB é muito mais significativo nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento. Ainda que em 2001 a diferença entre estes grupos de países não fosse muito acentuada (apenas um peso relativo superior de cerca de 8 pontos percentuais no caso dos países desenvolvidos), é possível verificar que ao longo do período em análise o peso relativo do IDE no PIB nos países desenvolvidos ganhou uma importância largamente superior ao peso que a variável representa, em média, nos países em desenvolvimento. A prova desta evolução é o peso relativo da variável para os dois grupos de países em 2015, representando, em média, cerca de 121% do PIB nos países desenvolvidos e cerca de 52 % do PIB nos países em desenvolvimento.

Figura 7 – Evolução da média anual do IDE - em % do PIB (2001-2015)



Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Relativamente às variáveis de controlo utilizadas é possível verificar a existência de diferentes padrões de evolução para o período de 2001 a 2015 (ver tabela A4 em anexo)

O valor médio das despesas do governo em consumo (em % do PIB) para a amostra considerada apresentou oscilações ao longo do período em análise, partindo de um valor médio de 15,281 % em 2001 para um valor de 16,851 % em 2015, sendo este o valor máximo verificado no período. Entre 2004 e 2007 houve uma ligeira redução de cerca de 0,4 pontos percentuais, a que se sucedeu um crescimento de cerca de 1,5 pontos percentuais entre 2007 e 2009.

A evolução da média do grau de abertura sofreu várias oscilações ao longo do período em análise, alternando entre anos de crescimento considerável e anos de decréscimo. Em 2001 a variável apresentava uma média de 81,833 %, valor inferior aos 88,244 % apresentados em 2015. O valor máximo da média do grau de abertura entre os países da amostra foi registado no ano de 2012 com 94,468 %.

A média do índice estabilidade política, à semelhança das variáveis apresentadas anteriormente, sofreu variações durante o período em análise, tendo registado um decréscimo de cerca de 7 % entre 2001 (48,485) e 2015 (45,077).

Analisando a evolução da média da taxa de desemprego podemos constatar que em 2001 o seu valor era de 8,608 % e que em 2015 o valor era de 7,502 %. Ao longo deste período a média da taxa de desemprego para amostra apresentou várias oscilações, no entanto, globalmente a média diminuiu apenas cerca de 1,1 pontos percentuais entre 2001 e 2015.

Por último, a evolução relativa da média de utilizadores de internet face ao total da população para a amostra considerada foi bastante acentuada, sendo que o valor médio em 2015 (47,734 %) representa aproximadamente 3,6 vezes o valor médio em 2001 (10,427 %).

Após a apresentação do modelo, das variáveis seleccionadas e da respetiva amostra estamos em condição de avançar para a respetiva estimação para a análise dos impactos do IDE no bem-estar social, algo que será realizado no próximo capítulo.

4. Estimação do modelo

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o impacto do IDE no bem-estar social. Assim, na secção 4.1 é apresentada a correlação existente entre as variáveis utilizadas para estimação do modelo e a respetiva análise aos coeficientes obtidos. Posteriormente serão apresentadas as estimações do modelo definido anteriormente (secção 4.2), sendo a subsecção 4.2.1 relativa à análise da globalidade da amostra recolhida, enquanto que a subsecção 4.2.2 tem como objetivo a comparação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

4.1 Correlação entre as variáveis

Um importante passo antes da estimação de um modelo econométrico é a verificação da correlação existente entre as variáveis, para minimizar erros e enviesamentos na estimação (Evans, 1996). Com recurso ao programa estatístico SPSS calcularam-se as respetivas correlações, presentes na tabela 6.

Tabela 5 – Correlação entre as variáveis tendo por base a totalidade da amostra

Variável	IDH	Escolaridade	EMV	PIB per capita	IDE/PIB	DGC	GA	IEP	TX_DESEM	U_INT ERNET
IDH	1,000									
Escolaridade	0,930***	1,000								
EMV	0,907***	0,801***	1,000							
PIB per capita	0,720***	0,598***	0,610***	1,000						
IDE/PIB	0,116***	0,094***	0,124***	0,104***	1,000					
DGC	0,273***	0,337***	0,179***	0,220***	0,024	1,000				
GA	0,244***	0,184***	0,182***	0,272***	0,496***	0,023	1,000			
IEP	0,648***	0,633***	0,534***	0,630***	0,177***	0,322***	0,351***	1,000		
TX_DESEM	0,008	0,034	-0,119***	-0,133***	-0,014	0,226***	0,009	0,010	1,000	
U_INTERNET	0,813***	0,774***	0,722***	0,683***	0,168***	0,297***	0,249***	0,609***	-0,74***	1,000

*** A correlação é significativa no nível de significância de 1%

** A correlação é significativa no nível de significância de 5%

Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Analisando a tabela 5 é possível analisar os padrões de correlação entre as variáveis utilizadas no modelo. Dado o IDH ser um índice composto por três distintas dimensões, é normal a relação existente entre o índice e cada uma das componentes, sendo visível nos valores consideráveis de correlação das variáveis (0,930 entre o IDH e a Escolaridade esperada, 0,907 entre o IDH e a EMV e 0,720 entre o IDH e o PIB per capita). Contudo, tal não é problemático na medida em que as variáveis não entram simultaneamente no modelo a estimar (são *proxies* alternativas para medir o bem-estar).

A correlação existente entre as variáveis dependentes a utilizar no modelo com algumas variáveis explicativas é normal face à pretensão de que o modelo a estimar permite explicar corretamente o comportamento das variáveis. Em todos os casos, com exceção da taxa de desemprego, o sinal do coeficiente de correlação está de acordo com o esperado.

Relativamente à correlação entre variáveis explicativas a tabela 6 evidencia que, segundo a classificação de Evans (1996), não existem fortes indícios de correlação, o que minimiza a colinearidade entre variáveis, aumentando assim a qualidade do ajustamento. Apenas se realça a correlação entre as variáveis GA e IDE (0,496) (moderada) e entre as variáveis U_Internet e IEP (0,609) (forte, ainda que no limiar inferior), pelo que não se revela problemático.

Após a análise à correlação entre as variáveis e respetiva conclusão da ausência de colinearidade entre as variáveis, que poderia interferir com a qualidade do ajustamento, será pertinente avançar com a estimação. Em seguida serão apresentados os resultados empíricos e respetiva análise dos impactos do IDE no bem-estar social.

4.2 Resultados

No processo de recolha de dados para o presente estudo foram escolhidas as variáveis anteriormente apresentadas para o período de 2001 a 2015, contruindo assim uma base de dados em painel. Conforme Gujarati e Porter (2009) indicam no seu trabalho os dados em painel providenciam uma maior quantidade de informação, maior variabilidade dos dados, menor colineariedade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na estimação.

No entanto, a análise de dados em painel tem um conjunto de modelos especificados, destacando-se entre eles os modelos que têm em consideração efeitos fixos e que têm em consideração efeitos aleatórios (Gujarati & Porter, 2009). Na estimação a realizar serão tidos em consideração os efeitos fixos, dado ser o modelo adequado para situações em que utilizam amostras exaustivas da população em análise (Gujarati & Porter, 2009). Neste estudo, como na generalidade dos estudos macro econométricos, é irrealista considerar uma amostra de 149 países como uma seleção aleatória da população em estudo, dada a sua representatividade sobre a totalidade da população, sendo então justificada a escolha pela especificação com efeitos fixos (Gujarati & Porter, 2009). Adicionalmente, é possível verificar que autores como Tintin (2012) e Sharma e Gani (2004) utilizaram a mesma metodologia nos seus estudos. Para confirmar a adequabilidade do modelo foi efetuado o teste de Hausman, cujos resultados indicam que o modelo de efeitos fixos é mais adequado.⁹

Numa primeira análise são considerados todos os países presentes na amostra, sendo que posteriormente os países serão divididos em dois grupos de acordo com o seu nível de desenvolvimento, com o objetivo de comparar os resultados obtidos entre os grupos e verificar se os impactos do IDE no bem-estar social diferem entre si.

4.2.1 Globalidade da amostra

Para a primeira estimação foram considerados todos os 149 países selecionados para a amostra, com o objetivo de estudar os impactos do IDE no bem-estar social. O modelo considerado foi o apresentado na secção 3.1, tendo as equações sido estimadas com recurso ao programa estatístico *Stata*. São utilizados o IDH e as suas *proxies* (escolaridade esperada, esperança média de vida e PIB per capita) como variáveis dependentes. Todas as variáveis utilizadas no modelo foram logaritmizadas, com o objetivo de uniformizar os dados (em termos de proporção) e assim facilitar a comparação dos

⁹ No teste de Hausman testa-se a hipótese nula de o modelo em análise ter em consideração efeitos aleatórios. Os resultados presentes na tabela A5 rejeitam a hipótese nula, dado que o *p-value* é inferior ao nível de significância (0,05). Assim sendo, o teste de Hausman confirma que modelo deve ser estimado tendo em consideração efeitos fixos.

efeitos provenientes das diferentes variáveis. (Gujarati & Porter, 2009).¹⁰ Os resultados das regressões são apresentados na tabela 6.

Tabela 6 – Resultados das regressões para a globalidade da amostra

	Variável dependente			
	IDH (1)	Escolaridade (2)	EMV (3)	PIB per capita (4)
IDE/PIB	0,0025 *** (0,0006)	0,0121 *** (0,0038)	0,0074 *** (0,0014)	-0,0149 ** (0,0061)
DGC	0,0056 *** (0,0012)	0,0142 * (0,0078)	0,0273 *** (0,0030)	-0,0329 *** (0,0126)
GA	0,0048 *** (0,0012)	0,0145 * (0,0077)	0,0147 *** (0,0030)	-0,0178 (0,0125)
IEP	0,0034 *** (0,0007)	-0,0005 (0,0046)	0,0097 *** (0,0017)	0,0566 *** (0,0072)
Tx_Desemp	-0,0030 *** (0,0009)	-0,0063 (0,0060)	-0,0017 (0,0023)	-0,0956 *** (0,0098)
U_Internet	0,0185 *** (0,0003)	0,0642 *** (0,0022)	0,0282 *** (0,0008)	0,1540 *** (0,0036)
R ²	0,6965	0,3589	0,4759	0,5591
Nº observações	2112	2112	2112	2099

Legenda:

Resultados apresentados são relativos aos coeficientes determinados e ao desvio-padrão (entre parêntesis)

Todas as variáveis utilizadas foram logaritmizadas para a estimação das equações

***/**/* Significativo a 1%/5%/10%

Analisando os resultados obtidos na tabela 6 é possível constatar que o IDE tem efeitos estatisticamente significativos nas quatro variáveis dependentes representativas do bem-estar social (IDH e as suas três dimensões). Os impactos positivos do IDE sobre o IDH, a escolaridade e a esperança média de vida vão de encontro ao que era expectável e com os resultados de Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012). Por seu lado, o efeito negativo do IDE no PIB per capita não corresponde aos resultados esperados apresentados na tabela 2, sendo oposto aos resultados obtidos em estudos como o de Lehnert et al. (2013). Contudo, trabalhos recentes como o de Forte e Moura (2013), que analisam os efeitos do IDE no crescimento económico dos países recetores, demonstram que o IDE poderá ter efeitos ambíguos no desenvolvimento económico do país recetor devido a um conjunto de fatores (sociais, económicos, tecnológicos, políticos,...) e que de acordo com as dimensões

¹⁰ Para as variáveis que apresentam um mínimo inferior a um procedeu-se à seguinte logaritmização (log(variável +1)) com o objetivo de manter o sinal das variáveis.

e países em análise, os efeitos provenientes do IDE no crescimento económico poderão inclusive ser negativos. Impactos negativos ao nível da implementação de políticas económicas é um dos riscos associados ao IDE (Forte & Moura, 2013) e que poderá ter impactos no crescimento e estabilidade económica dos países e, consequentemente, no PIB per capita.

Relativamente às variáveis de controlo, os resultados obtidos na equação (1) são estatisticamente significativos para todas as variáveis, sendo que os sinais dos coeficientes confirmam os efeitos esperados para cada uma das variáveis, indicados anteriormente na tabela 2. Na equação (2) os resultados obtidos são apenas estatisticamente significativos para as despesas do governo em consumo, para o grau de abertura e para os utilizadores de internet, sendo que o sinal de cada um dos coeficientes vai ao encontro dos efeitos preconizados na tabela 2. Os resultados obtidos na equação (3) são estatisticamente significativos para todas as variáveis de controlo com exceção da taxa de desemprego, sendo que todas as variáveis apresentam resultados coincidentes com os efeitos esperados. Para a equação (4) os resultados obtidos são estatisticamente significativos para todas as variáveis com exceção do grau de abertura. Relativamente aos efeitos esperados das restantes variáveis de controlo na equação (4), estes estão de acordo com os efeitos esperados para cada uma das variáveis, com exceção das despesas do governo em consumo que apresentam um coeficiente negativo, ao contrário do que é preconizado na tabela 2. É importante destacar a variável de controlo utilizadores de internet que apresenta resultados estatisticamente significativos para as quatro estimações relativas à globalidade da amostra e que correspondem aos efeitos esperados, apresentados na tabela 2. Assim sendo, e à semelhança do que é defendido no estudo de Amate-Fortes et al. (2017), esta variável tem impactos positivos sobre o bem-estar social dos países recetores, demonstrando assim a importância do desenvolvimento das infraestruturas para a melhoria as condições de vida das populações e desenvolvimento dos países.

É importante realçar os valores do R^2 que através da consideração dos efeitos fixos na estimação apresentam um valor superior face ao R^2 obtido numa simples estimação *Panel Least Squares* sem consideração deste tipo de efeitos, demonstrando assim uma melhor qualidade do ajustamento.

4.2.2 Países desenvolvidos vs. países em desenvolvimento

Com o objetivo de analisar a existência de padrões distintos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento relativamente ao impacto do IDE no bem-estar social do país recetor, dividiram-se os países da amostra em dois grupos para permitir a comparação. À semelhança das estimações realizadas para a globalidade da amostra são utilizadas como variáveis dependentes o IDH e as suas *proxies* (escolaridade esperada, esperança média de vida e PIB per capita) para mensuração dos efeitos no bem-estar social, tendo sido logaritmizadas todas as variáveis nos cálculos efetuados, de acordo com os pressupostos anteriormente identificados. Os resultados das regressões são apresentados na tabela 7.

Tabela 7 – Resultados das regressões para os grupos de países desenvolvidos e em desenvolvimento

	Países desenvolvidos				Países em desenvolvimento			
	IDH (5)	Escolaridade (6)	EMV (7)	PIB per capita (8)	IDH (9)	Escolaridade (10)	EMV (11)	PIB per capita (12)
IDE/PIB	0,0015 ** (0,0006)	-0,0016 (0,0035)	-0,0005 (0,0009)	-0,0147 * (0,0087)	0,0027 *** (0,0008)	0,0203 *** (0,0054)	0,0120 *** (0,0021)	-0,0168 ** (0,0080)
DGC	0,0132 *** (0,0028)	0,0376 ** (0,0149)	0,0282 *** (0,0038)	-0,0879 ** (0,0373)	0,0050 *** (0,0014)	0,0103 *** (0,0094)	0,0268 *** (0,0037)	-0,0247 * (0,0140)
GA	0,0155 *** (0,0021)	-0,0158 (0,0115)	0,0282 *** (0,0029)	0,1197 ** (0,0288)	0,0034 ** (0,0014)	0,0173 * (0,0097)	0,0137 *** (0,0038)	-0,0356 ** (0,0144)
IEP	0,0084 *** (0,0017)	0,0159 * (0,0091)	0,0084 *** (0,0023)	0,1471 *** (0,0226)	0,0031 *** (0,0008)	-0,0019 (0,0054)	0,0099 *** (0,0021)	0,0498 *** (0,0080)
Tx_Desem	-0,0009 (0,0009)	0,0137 *** (0,0048)	0,0045 *** (0,0012)	-0,1102 *** (0,0119)	-0,0054 *** (0,0014)	-0,0217 ** (0,0097)	-0,0059 (0,0038)	-0,0847 *** (0,0144)
U_Internet	0,0175 *** (0,0006)	0,0564 *** (0,0034)	0,0231 *** (0,0009)	0,1353 *** (0,0085)	0,0185 *** (0,0004)	0,0637 *** (0,0028)	0,0280 *** (0,0011)	0,1568 *** (0,0042)
R ²	0,6669	0,3370	0,6601	0,4152	0,7047	0,3691	0,4721	0,5969
Nº observações	702	702	702	702	1410	1410	1410	1397

Legenda:

Resultados apresentados são relativos aos coeficientes determinados e ao desvio-padrão (entre parêntesis)

Todas as variáveis utilizadas foram logaritmizadas para a estimação das equações

***/**/* Significativo a 1%/5%/10%

Atendendo aos resultados presentes na tabela 7, é possível constatar diferenças nos efeitos do IDE no IDH e nas suas três dimensões entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, assim como nos efeitos gerados pelas variáveis de controlo.

Iniciando a análise pelos resultados obtidos para os países desenvolvidos, é possível constatar que o IDE apresenta efeitos positivos no IDH e efeitos negativos no PIB per capita dos países recetores. Este efeito positivo do IDE sobre o IDH dos países recetores vai de encontro aos resultados de Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012) e confirma os efeitos esperados da variável apresentados na tabela 2. Por sua vez, o efeito negativo do IDE no PIB per capita, à semelhança dos resultados para a globalidade da amostra, não corresponde aos efeitos esperados para a variável em causa. Contudo, eventuais efeitos ambíguos que o IDE poderá apresentar no desenvolvimento económico do país recetor estão associados a um conjunto de fatores (sociais, económicos, tecnológicos, políticos,...) (Forte & Moura, 2013), e poderão ser a explicação para o valor negativo do coeficiente. Adicionalmente, é possível verificar que o IDE não tem efeitos estatisticamente significativos nas outras duas dimensões representativas do bem-estar social, ou seja, na escolaridade esperada e no PIB per capita.

No que diz respeito às variáveis de controlo, os resultados obtidos na equação (5) são estatisticamente significativos com exceção da taxa de desemprego, sendo os efeitos das respetivas variáveis coincidentes com os efeitos esperados presentes na tabela 2. Os resultados da equação (6) são estatisticamente significativos para todas as variáveis com exceção do grau de abertura. Relativamente aos efeitos de cada variável na escolaridade, os efeitos esperados correspondem aos efeitos esperados *à priori*, com exceção da taxa de desemprego que apresenta um coeficiente com sinal positivo, sendo o efeito verificado oposto ao preconizado anteriormente. Nas equações (7) e (8) todas as variáveis de controlo apresentam resultados estatisticamente significativos, sendo que com a exceção dos efeitos positivos da taxa de desemprego na esperança média de vida, todos os restantes efeitos das variáveis de controlo nas variáveis dependentes (esperança média de vida e PIB per capita) estão de acordo com os efeitos esperados pelos autores em que este estudo se baseia.

Será importante realçar as variáveis de controlo que apresentam efeitos semelhantes e estatisticamente significativos para as quatro estimações realizadas para o grupo de países desenvolvidos. O índice de estabilidade política apresenta efeitos positivos para as quatro variáveis dependentes, tal como preconizado no estudo de Amate-Fortes et al. (2017) que

indica que a estabilidade política e das instituições tem impactos positivos na qualidade de vida das populações e, respetivamente, no bem-estar social. A variável utilizadores de internet apresenta efeitos positivos para as quatro dimensões analisadas, o que corresponde às perspetivas dos estudos de Gohou e Soumaré (2012) que indicam que o desenvolvimento de infraestruturas é um impulsionador do bem-estar social, dado que permite uma melhoria das condições de vida das populações e do desenvolvimento económico e social.

Relativamente aos resultados verificados nas estimações realizadas para os países em desenvolvimento, é possível inferir que, à semelhança da análise efetuada para a globalidade da amostra, o IDE tem efeitos positivos no IDH, na escolaridade e na esperança média de vida. Estes resultados confirmam as perspetivas de Gohou e Soumaré (2012) e Soumaré (2015), que defendem que o IDE tem um efeito positivo no bem-estar social dos países recetores, através de impactos diretos e indiretos, que fomentam a melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente, através do acesso à educação e a cuidados de saúde. No entanto, é possível verificar que o IDE tem efeitos negativos sobre o PIB per capita dos países recetores, algo que não era expectável à partida, mas que, à semelhança dos resultados obtidos para a amostra global e para o grupo de países desenvolvidos, poderá ser explicado através de eventuais efeitos ambíguos que o IDE poderá no desenvolvimento económico do país recetor (Forte & Moura, 2013).

Todas as variáveis de controlo das estimações relativas aos países em desenvolvimento, com exceção do índice de estabilidade política na equação (10) e da taxa de desemprego na equação (11), apresentam resultados estatisticamente significativos. Contudo, nem todos os efeitos estimados nas equações são coincidentes com os efeitos esperados para cada uma das variáveis, previamente apresentados na tabela 2, nomeadamente para a equação (12). Nas equações (9), (10) e (11) os efeitos das variáveis de controlo no IDH, escolaridade e esperança média de vida, respetivamente, apresentam um sinal semelhante face aos efeitos esperados, com exceção do índice de estabilidade política na equação (10) e da taxa de desemprego na equação (11), que apresentam um resultado estatisticamente não significativo, não sendo possível retirar qualquer conclusão sobre os efeitos destas variáveis nas respetivas dimensões em análise. Por sua vez, na equação (12) apenas o índice de estabilidade política, a taxa de desemprego e os utilizadores de internet apresentam efeitos no PIB per capita de acordo com os efeitos esperados. Os coeficientes

relativos às despesas do governo em consumo e ao grau de abertura apresentam sinal negativo, contrariamente ao que seria expectável.

Destaca-se, também, o facto a variável de utilizadores de internet apresentar resultados positivos para as quatro estimações, contribuindo assim com efeitos positivos sobre o bem-estar social dos países recetores. Estes resultados comprovam a análise efetuada por Soumaré (2015) que defende que este tipo de variáveis relacionadas com as infraestruturas dos países têm a capacidade de gerar uma melhor sensação de bem-estar social, através da criação de novas infraestruturas que melhoram as condições de vida das populações, principalmente nos países em desenvolvimento.

Por último, à semelhança do que acontece para a globalidade da amostra, é importante realçar os valores do R^2 para as oito regressões relativas aos grupos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, e que comprovam a qualidade dos ajustamentos efetuados.

Em seguida é apresentada uma tabela síntese com os respetivos efeitos estimados de cada uma das variáveis no IDH e nas suas três dimensões, para cada um dos grupos de países em análise. Os resultados serão apresentados de acordo com o seu nível significância estatística e respetivo sinal do efeito esperado.

Tabela 8 – Síntese dos efeitos das variáveis nas diferentes dimensões do bem-estar social

	Globalidade da amostra				Países desenvolvidos				Países em desenvolvimento			
Variável	IDH	Esc.	EMV	PIB pc	IDH	Esc.	EMV	PIB pc	IDH	Esc.	EMV	PIB pc
IDE/PIB	+	+	+	-	+	0	0	-	+	+	+	-
DGC	+	+	+	-	+	+	+	-	+	0	+	-
GA	+	+	+	-	+	0	+	+	+	+	+	-
IEP	+	0	+	+	+	+	+	+	+	0	+	+
Tx_Desem	-	0	0	-	0	+	+	-	-	-	0	-
U_INTERNET	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

Legenda:

0 : ausência de significância estatística

+: efeitos positivos

- : efeitos negativos

Analisando resumidamente a tabela 8 relativa aos efeitos das variáveis nas diferentes dimensões do bem-estar social, com especial atenção à principal variável explicativa do modelo (IDE/PIB) é possível verificar que os efeitos se alteram consoante o grupo de países em análise.

Relativamente à globalidade da amostra, é possível verificar que o IDE tem efeitos nas quatro variáveis representativas do bem-estar social dos países recetores, nomeadamente, efeitos positivos sobre o IDH, a escolaridade e a esperança média de vida e efeito negativos sobre o PIB per capita.

Na análise efetuada ao grupo de países desenvolvidos é possível inferir efeitos positivos do IDE no IDH e efeitos negativos na PIB per capita dos países recetores. Contudo, não é possível determinar qual o efeito do IDE para as restantes variáveis representativas do bem-estar social (escolaridade esperada e esperança média de vida), dada a ausência de significância estatística nos resultados obtidos.

Quando o grupo em análise é relativo aos países em desenvolvimento é possível observar que, à semelhança dos resultados para a globalidade da amostra, o IDE tem efeitos positivos no IDH, na escolaridade e na esperança média de vida dos países recetores, sendo que o efeito estimado sobre o PIB per capita é negativo.

Sendo assim, comparando os grupos de países é possível verificar que o IDE apresenta simultaneamente efeitos positivos no IDH e efeitos negativos no PIB per capita para todos os grupos em análise. Recorrendo aos resultados apresentados nas tabelas 6 e 7, é possível constatar que a magnitude dos efeitos do IDH em ambas as variáveis é superior para o grupo de países em desenvolvimento face aos outros grupos em análise. Para as restantes variáveis representativas do bem-estar social (escolaridade e esperança média de vida), o grupo de países em desenvolvimento apresenta efeitos positivos de magnitude superior à globalidade da amostra.

Relativamente às variáveis de controlo é possível verificar que os efeitos são variáveis consoante o grupo de países e a variável dependente em análise. No entanto, é importante realçar a variável utilizadores de internet que apresenta resultados estatisticamente significativos em todas as regressões, sendo os seus efeitos estimados sempre positivos, independentemente do grupo de países e variável dependente em análise. Por seu lado, é também importante realçar os efeitos da estabilidade política, cujos efeitos

são essencialmente positivos no bem-estar social, com exceção na escolaridade para a globalidade da amostra e para os países em desenvolvimento, onde os efeitos não são estatisticamente significativos.

5. Conclusões

O objetivo deste trabalho centra-se na análise dos impactos do IDE no bem-estar social dos países recetores. Para tal, construiu-se um modelo econométrico onde se utilizou o IDH e as suas três dimensões (escolaridade, esperança média de vida e PIB per capita) como variáveis dependentes e ilustrativas dos níveis de bem-estar social dos diferentes países.

Com base numa amostra de 149 países para o período de 2001 a 2015, os resultados obtidos através da estimação do modelo tomando em consideração efeitos fixos sugerem que o IDE não beneficia de igual modo todos os países. Com efeito, foram analisadas a globalidade da amostra e dois grupos de países (países desenvolvidos e países em desenvolvimento) para evidenciar diferenças existentes nos efeitos do IDE no bem-estar social de cada um dos grupos de países.

Os resultados dos impactos do IDE para a principal variável representativa do bem-estar social (IDE) apresentam um efeito positivo para os três grupos de países analisados, confirmando assim as expectativas iniciais e os resultados dos estudos de Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012). Contudo, a magnitude dos impactos é distinta entre os três grupos de países, sendo possível verificar que os impactos são superiores nos países em desenvolvimento face aos países desenvolvidos e à amostra analisada globalmente. Este impacto positivo do IDE no bem-estar social dos países em desenvolvimento é semelhante aos resultados dos estudos de Gohou e Soumaré (2012) e Soumaré (2015), que analisam uma amostra de países em desenvolvimento.

Ainda assim, e apesar dos efeitos positivos do IDE no IDH, os impactos do IDE não são positivos em todas as dimensões representativas deste indicador (escolaridade, esperança média de vida e PIB per capita), algo que é comum a todos os grupos de países em análise.

Relativamente aos resultados para a escolaridade é possível verificar que os impactos são positivos para a globalidade da amostra e para o grupo de países em desenvolvimento. Estes resultados para os 149 países são semelhantes aos apresentados nos estudos de Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012) que defendem que o IDE é responsável por aumentos da escolaridade esperada nos países recetores. Por sua vez, Gohou e Soumaré (2012) e Soumaré (2015) indicam que os impactos positivos do IDE na

escolaridade dos países em desenvolvimento devem-se essencialmente à melhoria de condições de vida das populações e do acesso à educação, resultantes não só de investimentos realizados, como da crescente pressão para a necessidade de recursos qualificados. No caso dos países desenvolvidos, os efeitos do IDE sobre a escolaridade não são estatisticamente significativos, não sendo possível retirar qualquer conclusão sobre os impactos da variável.

Quando se consideram os resultados para a esperança média de vida é possível verificar que, à semelhança do que acontece para a escolaridade, os impactos são positivos para a globalidade da amostra e para o grupo de países em desenvolvimento. Estes resultados vão ao encontro dos estudos de Lehnert et al. (2013) e Tintin (2012) que indicam que o IDE contribui favoravelmente para a esperança média de vida dos países recetores. No caso dos países em desenvolvimento, o impacto é ainda mais positivo, algo que Gohou e Soumaré (2012) e Soumaré (2015) justificam com o investimento efetuado no desenvolvimento de infraestruturas e a melhoria de acesso a cuidados de saúde. Para os países desenvolvidos, os resultados estimados para os efeitos do IDE sobre a esperança média de vida não apresentam significância estatística, não permitindo concluir quais os respetivos impactos da variável para este grupo de países.

Para o PIB per capita, os resultados dos impactos do IDE apresentam um efeito negativo para os três grupos de países analisados. Este resultado não corresponde às previsões inicialmente apresentadas na tabela 2 e postuladas pelos vários autores referidos na tabela 1. Contudo, estudos como o de Forte e Moura (2013) demonstram que o IDE poderá ter efeitos ambíguos no crescimento económico dos países recetores. A magnitude dos efeitos está dependente de um conjunto de fatores (sociais, económicos, tecnológicos, políticos, ...) e que de acordo com as dimensões e países em análise, poderão originar impactos negativos no crescimento e estabilidade económica dos países (Forte & Moura, 2013), algo que poderá ter repercussões no PIB per capita.

Contudo, e ainda que os resultados apresentem diferenças relativamente às várias dimensões, é importante realçar que para a principal variável representativa do bem-estar social (IDH), os resultados obtidos são estatisticamente significativos para todos os grupos de países em análise, sendo os efeitos provenientes do IDE positivos em todos os casos. Assim sendo é possível inferir que o IDE tem impactos positivos no bem-estar social dos diferentes países, ainda que possa afetar distintamente cada uma das suas dimensões. Outro

dos objetivos deste estudo é realçar as diferenças nos impactos para os vários grupos de países. É possível verificar que os impactos positivos do IDE sobre o bem-estar social são mais significativos para os países em desenvolvimento, comprovando assim importância da atração de investimento para o desenvolvimento social destes países. Adicionalmente, e à semelhança do estudo de Gohou e Soumaré (2012), é também possível constatar que a estabilidade política, as despesas do governo em consumo e investimento em infraestruturas (representadas neste estudo pelos utilizadores de internet) são variáveis fundamentais para a melhoria do bem-estar social dos países em desenvolvimento e que permitem potenciar os efeitos positivos do IDE no bem-estar social.

Tendo em consideração as variáveis de controlo utilizadas no modelo é possível verificar que os seus efeitos sobre as quatro variáveis representativas do bem-estar social se vão alterando consoante o grupo de países em análise, sendo que em alguns casos os efeitos são opostos aos esperados e noutras situações a significância estatística não permite retirar conclusões. É importante realçar o comportamento de duas das variáveis utilizadas, pela relativa estabilidade dos efeitos que originam no bem-estar social. A variável utilizadores de internet é a única que cumpre em simultâneo dois requisitos: resultados estatisticamente significativos para todas as estimações realizadas e cujos efeitos verificados para cada grupo de países e variável em análise vão ao encontro dos efeitos esperados na literatura e apresentados na tabela 2 (efeitos positivos). Por sua vez, a variável índice de estabilidade política corrobora os efeitos positivos esperados para a maioria das estimações realizadas, com exceção nos impactos na escolaridade para a globalidade da amostra e para os países em desenvolvimento, onde os resultados apresentados não são estatisticamente significativos.

Seria interessante que este trabalho fosse complementado com futuras pesquisas que adicionassem diferentes perspetivas de análise ao impacto do IDE no bem-estar social, como por exemplo a distinção dos impactos do IDE por zonas de comércio livre ou acordos comerciais, com o objetivo de perceber se esse tipo de relações intra-países origina diferentes impactos no bem-estar social; ou a diferenciação entre os diversos países de acordo com acontecimentos históricos (país colonizador, histórico de guerras civis, existência de regimes ditatoriais, ...) para perceber se o IDE terá diferentes impactos consoante a vertente em análise.

Adicionalmente, e tendo por base uma análise mais a montante, este estudo poderá ser um ponto de partida para trabalhos desenvolvidos em torno de estratégias que potenciem os impactos positivos do IDE no bem-estar social dos países recetores, através da disseminação de um conjunto de práticas e dinamização dos mecanismos de atração de investimento.

No entanto, as maiores dificuldades associadas a este estudo foram a recolha de dados e a escassez de literatura sobre o tema. Relativamente à recolha de dados as dificuldades estão relacionadas com a ausência de observações para alguns países em determinadas variáveis, o que dificulta a seleção das variáveis a incluir, de forma a que seja possível construir um conjunto de dados balanceados e assim minimizar enviesamentos na estimação. Quanto à escassez de literatura sobre o tema, o principal problema reside no facto de que a maioria das análises efetuadas ao IDE baseiam-se nos seus impactos económicos e políticas de atração associadas. A quantidade de estudos que relacionam o bem-estar social com variáveis económicas também não é abundante, pelo que o próprio processo de escolha de variáveis dependentes para a definição de um modelo é complexo. O principal objetivo deste trabalho é ajudar a expandir a análise sobre o tema e espera-se, então, que possa servir de base a futuros estudos sobre os impactos do IDE no bem-estar social, ajudando a ultrapassar a dificuldade em futuras pesquisas associadas à falta de literatura existente sobre o tema e à seleção e justificação das variáveis a considerar.

Referências

- Alkire, S. (2002). Dimensions of human development. *World Development*, 30(2), 181-205. doi:10.1016/s0305-750x(01)00109-7
- Amate-Fortes, I., Guarnido-Rueda, A., & Molina-Morales, A. (2017). Economic and Social Determinants of Human Development: A New Perspective. *Social Indicators Research: An International and Interdisciplinary Journal for Quality-of-Life Measurement*, 133(2), 561-577.
- Barrios, S., Gorg, H., & Strobl, E. (2005). Foreign direct investment, competition and industrial development in the host country. *European Economic Review*, 49(7), 1761-1784. doi:10.1016/j.eurocorev.2004.05.005
- Blalock, G., & Gertler, P. J. (2008). Welfare gains from Foreign Direct Investment through technology transfer to local suppliers. *Journal of International Economics*, 74(2), 402-421. doi:10.1016/j.jinteco.2007.05.011
- Borensztein, E., De Gregorio, J., & Lee, J. W. (1998). How does foreign direct investment affect economic growth? *Journal of International Economics*, 45(1), 115-135. doi:10.1016/s0022-1996(97)00033-0
- Driffield, N., & Love, J. H. (2007). Linking FDI motivation and host economy productivity effects: conceptual and empirical analysis. *Journal of International Business Studies*, 38(3), 460-473. doi:10.1057/palgrave.jibs.8400268
- Dunning, J. H., & Lundan, S. M. (2008). Institutions and the OLI paradigm of the multinational enterprise. *Asia Pacific Journal of Management*, 25(4), 573-593. doi:10.1007/s10490-007-9074-z
- Evans, J. D. (1996). *Straightforward statistics for the behavioral sciences*. Pacific Grove: Brooks/Cole Pub. Co.
- Forte, R., & Moura, R. U. I. (2013). The Effects of Foreign Direct Investment on the Host Country's Economic Growth: Theory and Empirical Evidence. *The Singapore Economic Review*, 58(03), 28. doi:10.1142/S0217590813500173
- Fumagalli, C. (2003). On the welfare effects of competition for foreign direct investments. *European Economic Review*, 47(6), 963-983. doi:10.1016/s0014-2921(02)00228-3
- Gohou, G., & Soumaré, I. (2012). Does foreign direct investment reduce poverty in Africa and are there regional differences? *World Development*, 40(1), 75-95.
- Goswami, A. G. (2011). Vertical Foreign Direct Investment versus Outsourcing: A Welfare Comparison from the Perspective of a Host Country. *Review of Development Economics*, 15(2), 293-306. doi:10.1111/j.1467-9361.2011.00609.x
- Greve, B. (2008). What is welfare? *Central European Journal of Public Policy*, 2(1), 50-73.

- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2009). *Basic econometrics*. Boston: McGraw-Hill Irwin.
- Hymer, S., & Pashigian, B. P. (1959). Firm Size and Rate of Growth. *Econometrica*, 27(2), 315-315.
- Jensen, N., & Wantchekon, L. (2004). Resource wealth and political regimes in Africa. *Comparative political studies*, 37(7), 816-841.
- Koizumi, T., & Kopecky, K. J. (1980). Foreign Direct Investment, Technology-Transfer and Domestic Employment Effects. *Journal of International Economics*, 10(1), 1-20. doi:10.1016/0022-1996(80)90028-8
- Lehnert, K., Benmamoun, M., & Zhao, H. (2013). FDI Inflow and Human Development: Analysis of FDI's Impact on Host Countries' Social Welfare and Infrastructure. 55, 285-298. doi:10.1002/tie.21544
- Meyer, K. E. (2004). Perspectives on multinational enterprises in emerging economies. *Journal of International Business Studies*, 35(4), 259-276. doi:10.1057/palgrave.jibs.8400084
- Mukherjee, A., & Broll, U. (2007). Welfare effects of foreign direct investment: Cost saving vs. signaling. *Journal of Economics*, 90(1), 29-43. doi:10.1007/s00712-006-0224-4
- OCDE. (2008a). *OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment 2008* (4th ed.): OECD Publishing.
- OCDE. (2008b). The Social Impact of Foreign Direct Investment- Policy Brief. *OECD Publishing*, 8.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). Strategy and society. *Harvard Business Review*, 84(12), 78-+.
- Sen, A., & Anand, S. (1994). Human Development Index: Methodology and Measurement. *New York: Human Development Report Office Occasional Paper 12*.
- Sharma, B., & Gani, A. (2004). The Effects of Foreign Direct Investment on Human Development. *Global Economy Journal*, 4(2), 1-20. doi:10.2202/1524-5861.1049
- Soumaré, I. (2015). Does FDI improve economic development in North African countries? *Applied Economics*, 47(51), 5510-5533. doi:10.1080/00036846.2015.1051655
- Taner, M., Sezen, B., & Mihci, H. (2011). *An Alternative Human Development Index: Considering Unemployment* (Vol. 6).
- Tintin, C. (2012). Does Foreign Direct Investment Spur Economic Growth and Development? A Comparative Study. *Institute for European Studies, Free University of Brussels, Brussels, WP*, 1-53.

UNCTAD. (2017). *World Investment Report 2017*. /content/book/e692e49c-en
<http://dx.doi.org/10.18356/e692e49c-en>

Yang, Y. B. (2015). Domestic R&D, Foreign Direct Investment and Welfare. *Review of Development Economics*, 19(4), 908-924. doi:10.1111/rode.12188

Zahra, S. A., & George, G. (2002). Absorptive capacity: A review, reconceptualization, and extension. *Academy of management review*, 27(2), 185-203.

Anexos

Tabela A1 – Países considerados para a amostra e respetivo grau de desenvolvimento (nome dos países em inglês para rigor da informação)

Países desenvolvidos (47 países)	
Argentina	Korea (Republic of)
Australia	Kuwait
Austria	Latvia
Bahrain	Lithuania
Belgium	Malta
Brunei Darussalam	Netherlands
Canada	New Zealand
Chile	Norway
Croatia	Poland
Cyprus	Portugal
Czech Republic	Qatar
Denmark	Romania
Estonia	Russian Federation
Finland	Saudi Arabia
France	Singapore
Germany	Slovakia
Greece	Slovenia
Hong Kong, China (SAR)	Spain
Hungary	Sweden
Iceland	Switzerland
Ireland	United Arab Emirates
Israel	United Kingdom
Italy	United States
Japan	
Países em desenvolvimento (102 países)	
Afghanistan	Lesotho
Albania	Liberia
Algeria	Libya
Angola	Madagascar
Armenia	Malawi
Azerbaijan	Malaysia
Bahamas	Mali
Bangladesh	Mauritania
Belarus	Mauritius
Belize	Mexico
Benin	Moldova (Republic of)
Bolivia (Plurinational State of)	Mongolia
Botswana	Morocco
Brazil	Mozambique

Bulgaria	Myanmar
Burundi	Namibia
Cabo Verde	Nepal
Cambodia	Nicaragua
Cameroon	Niger
Central African Republic	Oman
Chad	Pakistan
China	Panama
Colombia	Papua New Guinea
Congo	Paraguay
Congo (Democratic Republic of the)	Peru
Costa Rica	Philippines
Côte d'Ivoire	Rwanda
Dominican Republic	Senegal
Ecuador	Sierra Leone
Egypt	Solomon Islands
El Salvador	South Africa
Equatorial Guinea	Sri Lanka
Ethiopia	Sudan
Fiji	Swaziland
Gambia	Syrian Arab Republic
Georgia	Tajikistan
Ghana	Tanzania (United Republic of)
Guatemala	Thailand
Guinea	Togo
Guyana	Tonga
Haiti	Tunisia
Honduras	Turkey
India	Uganda
Indonesia	Ukraine
Iran (Islamic Republic of)	Uruguay
Jamaica	Uzbekistan
Jordan	Venezuela (Bolivarian Republic of)
Kazakhstan	Viet Nam
Kenya	Yemen
Kyrgyzstan	Zambia
Lao People's Democratic Republic	Zimbabwe

Tabela A2 – Países não considerados para a amostra e respetiva justificação (nome dos países em inglês para rigor da informação)

Países	Motivo	Países	Motivo
Andorra Antigua and Barbuda Bhutan Bosnia and Herzegovina Burkina Faso Comoros Eritrea Grenada Guinea-Bissau Kiribati Lebanon Montenegro Nigeria Palestine, State of Saint Kitts and Nevis South Sudan Suriname The former Yugoslav Republic of Macedonia Timor-Leste Turkmenistan Vanuatu	Ausência de valores do IDH	Barbados Cuba Gabon Iraq Liechtenstein Luxembourg Micronesia (Federated States of) Serbia	Ausência de valores do IDE
Países	Motivo	Países	Motivo
Djibouti Maldives Saint Lucia Saint Vincent and the Grenadines Samoa Sao Tome and Principe Trinidad and Tobago	Ausência de valores DGC	Dominica Palau Seychelles	Ausência de valores Tx_Desem

Tabela A3 – Resultados do Teste de Levene

Variável	F	<i>p-value</i>
IDH	972,236	0,000
Escolaridade	182,750	0,000
EMV	676,770	0,000
PIB per capita	442,819	0,000
IDE/PIB	114,255	0,000
DGC	21,972	0,000
GA	126,127	0,000
IEP	2,912	0,000
TX_DESEM	111,684	0,000
U_INTERNET	174,507	0,000

Tabela A4 – Evolução anual das médias das variáveis de controlo

Ano	DGC	GA	IEP	Tx_Desem	U_Internet
2001	15,281%	81,833%	48,485	8,608%	10,427%
2002	15,328%	82,001%	48,491	8,792%	13,230%
2003	15,367%	84,130%	46,326	8,691%	15,738%
2004	15,100%	88,911%	44,295	8,440%	17,902%
2005	14,922%	89,057%	44,820	8,112%	20,196%
2006	14,709%	90,653%	45,210	7,596%	22,829%
2007	14,715%	92,171%	45,689	7,268%	24,976%
2008	14,889%	93,954%	45,270	7,209%	27,728%
2009	16,266%	82,903%	44,728	8,007%	30,416%
2010	16,166%	88,532%	44,658	8,086%	33,551%
2011	15,986%	93,776%	45,014	7,924%	36,437%
2012	16,174%	94,468%	44,976	7,865%	39,418%
2013	16,267%	93,275%	45,068	7,859%	42,025%
2014	16,434%	91,529%	45,132	7,666%	44,838%
2015	16,851%	88,244%	45,077	7,502%	47,734%

Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos na amostra

Tabela A5 – Resultados do teste de Hausman

Variável dependente	Estatística Qui-quadrado	<i>p-value</i>
IDH	311,558523	0,000
Escolaridade	197,227449	0,000
EMV	124,894966	0,000
PIB per capita	271,159681	0,000